

# Psicologia e Assistência Social: diálogo para a garantia de direitos?



A ASSISTÊNCIA SOCIAL INSTITUCIONALIZOU-SE COMO POLÍTICA PÚBLICA COM A CRIAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) HÁ POUCO MAIS DE DEZ ANOS. DESDE ENTÃO, A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA VEM SE EXPANDINDO RAPIDAMENTE, CONSTITUINDO UM IMPORTANTE CAMPO PARA A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO COMBATE AO MODELO DE ASSISTENCIALISMO VIGENTE EM NOSSO PAÍS CUJAS PRÁTICAS REAFIRMAM OS ESPAÇOS DE EXCLUSÃO, SUBSERVIÊNCIA E A VULNERABILIDADE DAS CLASSES MINORIZADAS (PÁGINA 12)

## Comunidades Terapêuticas

A REGULAMENTAÇÃO DAS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS VEM CAUSANDO GRANDE CONTROVÉRSIA EM TODO O PAÍS. PARA A PSICOLOGIA, EM PARTICULAR, ESSA DISCUSSÃO É MUITO IMPORTANTE UMA VEZ QUE TAL REGULAMENTAÇÃO SIGNIFICARIA UM ENORME RETROCESSO EM TERMOS DE GARANTIA DE DIREITOS E ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS. (PÁG. 03)



## Políticas Públicas e Direitos Humanos

PROMOVIDO PELO CRP-RJ, O III SEMINÁRIO REGIONAL DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS E IX SEMINÁRIO REGIONAL DE PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS ACONTECEU NOS DIAS 13 E 14 DE NOVEMBRO DE 2014 NA UERJ, REUNINDO MAIS DE 400 PARTICIPANTES EM TORNO DE IMPORTANTES DEBATES PARA A PSICOLOGIA E A SOCIEDADE BRASILEIRA. (PÁG. 08)



FOTO: JAEISON LUCAS/ SMCS (28/11/2014)

## EDITORIAL

# Psicologia, Assistência Social e Direito: encontros e conflitos

A Folha de São Paulo, em seu caderno “Ilustríssima” do dia 12 de outubro de 2014, publicou matéria do escritor britânico Ian McEwan, em que ele aborda decisões dos tribunais britânicos que envolvem temas morais e religiosos, no Direito da Família e em outras áreas cíveis. Em sua conclusão, o escritor aproxima estas sentenças da matéria ficcional escrevendo: “...as varas de família fincam suas raízes no mesmo terreno da ficção onde residem todos os interesses essenciais da vida... Um romance poderia partir dali, reinventar os protagonistas e as circunstâncias, e começar a investigar um encontro entre o amor e a crença, entre o espírito laico da lei e a fé professada com sinceridade.” (Folha de São Paulo, caderno “Ilustríssima” de 12/10/2014, pág 5)

Pelo tom dessa conclusão, percebe-se que o autor vê positivamente, de modo geral, os processos e decisões na área judiciária nestes temas, sem que precisemos dar exemplos concretos. No Brasil, no entanto, nos deparamos com uma situação que é preocupante, pelo menos: o princípio da laicidade – como princípio norteador das relações entre as diversas religiões, e seus templos estabelecidos, e a sociedade, aí incluídas suas diversas instituições, inclusive as estatais e públicas – é continuamente erodido pelas práticas que o contestam. Estas práticas procuram estabelecer privilégios e garantias, distribuir subsídios e ajudas públicas e estatais, em benefício de alguns grupos religiosos e igrejas e em detrimento de outras, algumas destas inclusive atacadas e cerceadas em seu direito de livre manifestação, na expressão de suas ideias e em seus cultos e práticas.

Esta situação se apresenta no campo profissional da Psicologia: não por acaso, o VIII Congresso Nacional de Psicologia, em 2013, reiterou a necessidade da manutenção do tema da laicidade nas discussões e práticas da Psicologia, e o Sistema Conselhos de Psicologia manteve em ação o GT que trata do assunto. O aspecto central a ser ressaltado é que somente o Estado laico garante a liberdade religiosa ao coibir as manifestações de fanatismo e intolerância religiosa.

Outros temas e situações podem ser suscitados pela matéria do escritor britânico; um deles é a atuação essencial das (os) assistentes sociais nas áreas de assistência à família, e outras. No Brasil, de há muito as (os) psicólogas (os) trabalham em parceria com as (os) assistentes sociais; isso se dá especialmente no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), onde as equipes formadas para atuar nos CRAS e CREAS são constituídas por assistentes sociais e psicólogas (os), além de outras (os) profissionais. É um grande campo de trabalho da Psicologia, e em expansão; cuidar para que nossas (os) profissionais tenham orientação, baseada em regulamentações próprias para a atuação nesta área, mantendo as normas técnicas e os princípios éticos da Psicologia, e realizar a fiscalização desta atuação, é tarefa dos Conselhos. Neste número de nosso jornal, a matéria de capa versa sobre este tema, e as inúmeras dificuldades que encontramos nesta área ainda por ser desbravada, na construção de um campo de atuação interdisciplinar e interprofissional.

## EXPEDIENTE

### Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro • CRP-RJ

R. Delgado de Carvalho, 53 • Tijuca • CEP: 20260-280  
Tel./Fax: (21) 2139-5400 | E-mail: crprj@crprj.org.br  
www.crprj.org.br

#### Diretoria Executiva:

José Novaes (CRP 05/980), Presidente  
Marília Alvares Lessa (CRP 05/1773), Vice-presidente  
Rodrigo Acioli Moura (CRP 05/33761), Tesoureiro  
Simone Garcia da Silva (CRP 05/ 40084), Secretária

#### Conselheiros Efetivos:

Ágnes Cristina da Silva Pala (CRP 05/ 32409)  
Alexandre Trzan Ávila (CRP 05/35809)  
Claudia Simões Carvalho (CRP 05/30182)  
Janaína Sant’Anna Barros da Silva (CRP 05/17875)  
Janne Calhau Mourão (CRP 05/1608)  
Juraci Brito da Silva (CRP 05/28409)  
Marcia Ferreira Amendola (CRP 05/24729)  
Maria da Conceição Nascimento (CRP 05/26929)  
Maria Helena do Rego Monteiro de Abreu (CRP 05/24180)  
Maurílio Machado Marchi (CRP 05/ 7592)  
Priscila Gomes Bastos (CRP 05/ 33804)

#### Conselheiros Suplentes:

Alexandre Nabor Mathias França (CRP 05/32345)  
André Souza Martins (CRP 05/33917)  
Andris Cardoso Tiburcio (CRP 05/17427)  
Denise da Silva Gomes (CRP 05/ 41189)  
Fátima dos Santos Siqueira Pessanha (CRP 05/9138)  
José Henrique Lobato Vianna (CRP 05/ 18767)  
Juliana Gomes da Silva (CRP 05/41667)  
Luciana Affonso Gonçalves (CRP 05/ 12614)  
Patrick Sampaio Braga Alonso (CRP 05/ 32004)  
Vanda Vasconcelos Moreira (CRP 05/6065)  
Viviane Siqueira Martins (CRP 05/ 32170)

#### Comissão Editorial:

Janaína Sant’Anna Barros da Silva (CRP 05/17875)  
Janne Calhau Mourão (CRP 05/1608)  
José Novaes (CRP 05/980)

#### Redação, edição e fotos

Felipe Simões - MTb 31728/RJ  
Gizele Martins - MTb 33646/RJ  
Caroline Justo (estagiária)

#### Projeto Gráfico e Diagramação

Julia Lugon

#### Impressão

Walprint Gráfica e Editora  
Tiragem 37.000 exemplares/ Trimestral

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do CRP-RJ.

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Contato: [ascom@crprj.org.br](mailto:ascom@crprj.org.br)

# Nota do CRP-RJ sobre a Minuta de Regulamentação de Comunidades Terapêuticas

## MINUTA DA RESOLUÇÃO CONAD Nº 12 /2014

O Conselho Regional de Psicologia – 5ª Região repudia a regulamentação das Comunidades Terapêuticas e reafirma sua posição contrária à destinação de recursos públicos para instituições privadas, o que contraria inteiramente as resoluções da 14ª Conferência Nacional de Saúde (2011) e da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial (2010) que estão em vigor e garantem o não-financiamento público de Comunidades Terapêuticas (CTs). A regulamentação proposta pelo CONAD está baseada em modelos manicomiais e em princípios religiosos e moralistas e abre precedente para que este tipo de instituição funcione à revelia das determinações do Ministério da Saúde.

A Lei nº 10.216 de 6 de abril de 2001 garante a proteção e o direito das pessoas portadoras de transtornos mentais (inclusive por uso danoso de álcool e outras drogas) por princípios como o da descentralização, que prevê o fortalecimento das redes psicossociais de atenção à saúde, pautadas na territorialização e nas redes de serviços locais, de forma a prestá-los o mais próximo possível das áreas de convívio social dos usuários. Tais redes de atenção têm o intuito de detectar as desigualdades existentes e ajustar de forma equânime e democrática suas ações às necessidades da população.

Contudo, já nas considerações iniciais, a minuta propõe uma natureza não pública e, portanto, não articulada aos serviços do SUS ou do SUAS, desvinculando-se do compromisso com os direitos garantidos pela Constituição Federal, após anos de lutas e conquistas dos movimentos sociais, haja vista o considerando abaixo:

“CONSIDERANDO que as entidades que realizam o acolhimento de pessoas com problemas decorrentes do abuso ou dependência de substância psicoativa não são equipamentos de saúde, mas de interesse e apoio dos sistemas de saúde e de assistência social;”

A Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas (2003) e a Portaria do Ministério da Saúde nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção

Psicossocial (RAPS), indicam, em suas diretrizes, o desenvolvimento de estratégias de Redução de Danos e a diversificação das estratégias de cuidado nas ações de prevenção e de tratamento das pessoas que apresentam problemas decorrentes ao uso de álcool e outras drogas. Contudo, o artigo 2º da Minuta, que define as características das instituições que serão regulamentadas, apresenta em seu item IV: “Art. 2º. IV – oferta de Programa de Acolhimento que emprega a estratégia da abstinência;”

A RAPS possui também como diretriz o desenvolvimento de atividades no território, favorecendo a inclusão social com vistas à promoção de autonomia e ao exercício da cidadania, com ênfase em serviços de base territorial e comunitária, com participação e controle social dos usuários, seus familiares e sociedade civil. Além disso, a RAPS prevê atendimentos de urgência e emergência em leitos psiquiátricos em Hospitais Gerais, além de unidades de CAPS III com funcionamento 24h.

Contudo, a minuta permite internações por períodos que extrapolam os limites aplicados pelo SUS para internações psiquiátricas (de no máximo 45 dias), consentindo o retorno da lógica manicomial, como se pode ler abaixo:

“Art. 6º § 1º O acolhimento não poderá exceder o limite de 12 (doze) meses no período de 24 (vinte e quatro) meses.

§ 2º A fim de se evitar a institucionalização, no período de até seis meses subsequente ao desligamento do último acolhimento, somente poderá ocorrer novo acolhimento mediante justificativa fundamentada da equipe da entidade, decisão que deverá ser inserida no PIA.

§ 6º Quando houver impossibilidade de realização da avaliação médica prévia e desde que não haja risco de morte da pessoa, o acolhimento poderá ser feito de imediato, caso em que a avaliação médica deverá ser providenciada em até 7 dias.”

A Minuta de Regulamentação ainda permite a internação de adolescentes a partir dos 13 anos, como descrito no artigo 10:



“Art. 10 Não será admitido o acolhimento de crianças, assim consideradas aquelas com até 12 anos de idade incompletos.”

Este artigo fere o Estatuto da Criança e do Adolescente, quando aponta a internação como meio de “tratar” o uso abusivo de substâncias psicoativas por adolescentes, afastando-os de seu convívio familiar, escolar e comunitário, fragilizando os vínculos e reforçando a institucionalização.

Além disso, o Art. 14 da Minuta prevê entre as atividades “terapêuticas” do Programa de Acolhimento o desenvolvimento da espiritualidade:

“Art. 14 Atividades de desenvolvimento da espiritualidade são aquelas que buscam o autoconhecimento e o desenvolvimento interior, a partir da visão holística de ser humano, como parte do método de recuperação, objetivando o fortalecimento pessoal e de valores fundamentais para a vida social e pessoal, assegurado o disposto nos incisos VI e VII do art. 5º da Constituição Federal.”

Ora, esse artigo da minuta contraria o Princípio da Laicidade da Constituição Federal, citando o Art. 5º em uma visível confusão entre o direito ao exercício religioso e sua obrigatoriedade como fundamento da cura.

“Art. 5º da Constituição Federal – 1988 - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.”

Por fim, o artigo 15 da Minuta cita a possibilidade dos internos fazerem trabalhos laborais, como “atividades de promoção do autocuidado e da sociabilidade”. O relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: Locais de internação para usuários de droga do Conselho Federal de Psicologia (2011), realizada simultaneamente em 25 unidades federativas do país, em um total de 68 unidades de internação de usuários de drogas, constata que:

“O trabalho assume, nesta proposta de tratamento, a mesma adjetivação dada pelo manicômio e pelas prisões, o caráter de puro imperativo moral. Trabalha-se para combater o ócio, para limitar a liberdade e submeter à ordem. Mas, também, trabalha-se para gerar lucro para outrem, trabalha-se sem direito a remuneração ou a qualquer forma de proteção. A laborterapia, neste caso, assume caráter análogo ao trabalho escravo.” (Página 192 do Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: Locais de internação para usuários

de droga do Conselho Federal de Psicologia – 2011) Esta hipótese confirma-se no Art. 16 §4º da minuta:



Em 2012, o prefeito Eduardo Paes proibiu o livro *Toxicomanias: incidências clínicas e socioantropológicas*. O livro abordava políticas de redução de danos para usuários de drogas. No dia 18 de maio do mesmo ano, membros do CRP-RJ organizaram uma passeata contra esta censura.

“Art. 16 § 4º Os eventuais resultados econômicos provenientes das atividades previstas neste artigo deverão ser aplicados nas finalidades institucionais da entidade, sobretudo naquelas voltadas aos projetos e programas educacionais, culturais, artísticos, recreativos, esportivos, assistenciais e de reinserção social dos acolhidos.”

Diante do exposto, o CRP-RJ formaliza seu posicionamento contrário à Regulamentação das Comunidades Terapêuticas por ir de encontro à Estratégia de Redução de Danos como o eixo orientador dos cuidados às pessoas com problemas relacionados ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Dessa maneira, consideramos que a regulamentação proposta pela Minuta fere os princípios da Lei nº 10.216/2001, subtraindo o direito adquirido ao tratamento preferencial em serviços comunitários de saúde mental, voltados ao exercício da autonomia e à promoção da convivência social.

Entendemos, outrossim, que tal regulamentação significaria um enorme retrocesso em termos de garantia de direitos ao acesso às Políticas Públicas não segregacionistas, não institucionalizantes, laicas e baseadas nos Princípios Básicos dos Direitos Humanos.

**No dia 1º de dezembro de 2014, o CRP-RJ divulgou uma Nota de Repúdio à regulamentação das Comunidades Terapêuticas. Leia a íntegra do texto pode ser acessada em: <<http://www.crpjrj.org.br/noticias/2014/112814d.html>>.**

## O CRP-RJ e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Rio de Janeiro (CEDDH)

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Rio de Janeiro (CEDDH) é um órgão colegiado de caráter permanente, autônomo e consultivo, vinculado administrativamente à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH).

Instituído em abril de 2010, o CEDDH tem por objetivo zelar pela defesa, proteção e promoção dos Direitos Humanos no estado do Rio. Esse espaço, que conta com representantes do poder público estadual e da sociedade civil, é atualmente presidido por Denise Levy Tredler, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e tem Regina Célia Maia, do Movimento Mães da Cinelândia, como sua vice-presidente.

Participam do CEDDH representantes da SEASDH, da Secretaria de Estado da Casa Civil, da Secretaria de Estado de Segurança, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), do Ministério Público, da Defensoria Pública, da OAB, do CRP-RJ, da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ, da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, do Movimento Mães da Cinelândia, entre outros.

O CRP-RJ é representado pelo conselheiro Alexandre Trzan Ávila (CRP 05/35809), que também participa da Comissão de Segurança Pública (CSP)

e da Comissão de Direitos Humanos e Desenvolvimento. Entre as ações da CSP, destacam-se o acompanhamento de casos de violação de Direitos Humanos e a realização de reuniões periódicas junto ao Comando Geral da PM e à Chefia da Polícia Civil.

"Eu e os demais conselheiros do CEDDH acreditamos na importância desse espaço, mesmo fazendo parte da estrutura do estado do Rio de Janeiro, muitas vezes envolvido em violações de Direitos Humanos", afirma Trzan. "Acreditamos que o CEDDH pode e deve ter um papel de destaque no combate a todas as formas de violações de direitos da população fluminense, sempre pondo em análise que, em nome da proteção e da segurança da sociedade, o Estado viola direitos ao oprimir e violentar parcelas específicas da população".

Conforme explica Trzan, todos os conselheiros do CEDDH se encontram em reuniões plenárias mensais para informes e deliberações. Para 2015, estão previstas a intensificação das ações de visita e fiscalização ao Sistema Prisional do estado do Rio e a aproximação com a Secretaria de Segurança Pública, entre outras ações.

# Luto na Psicologia: veto presidencial ao PL das 30 horas é mantido no Congresso

Apesar da ampla mobilização das (os) psicólogas (os) brasileiras (os) por todo o país, o veto presidencial ao Projeto de Lei nº 3.338/2008, conhecido como PL das 30 horas, foi mantido no Congresso em sessão realizada no dia 11 de março em Brasília.

Para que o veto fosse rejeitado, eram necessários os votos da maioria absoluta dos 513 deputados e dos 81 senadores, ou seja, 257 votos dos deputados e 41 dos senadores. Do total de 303 deputados presentes na votação, 205 votaram pela derrubada, 95 pela manutenção e três se abstiveram. Como a rejeição do veto não conseguiu atingir a maioria absoluta na Câmara, a votação não precisou seguir para o Senado.

## Mobilização do CRP-RJ

Na trajetória final do PL das 30 horas no Congresso, o CRP-RJ intensificou sua mobilização junto à categoria e à bancada parlamentar em Brasília, além da mobilização nas mídias sociais, sites e outros meios, o CRP-RJ buscou mobilizar também os parlamentares. No dia 23 de fevereiro, o Conselho encaminhou um e-mail a cada um dos 46 deputados e 3 senadores que representam o estado do Rio em Brasília, solicitando apoio para a derrubada do veto.

## Relembra a trajetória do PL das 30 horas

Antes mesmo da proposição do projeto de lei no Congresso, o CRP-RJ vinha, desde 2007, debatendo junto às (aos) psicólogas (os) a importância da regulamentação da carga horária da categoria no estado do Rio. Embora essa regulamentação não seja da competência legal do Conselho, o CRP-RJ vinha fortalecendo essa discussão,

disponibilizando espaço físico e institucional para debates, encontros e grupos de trabalho.

Assim como no Rio de Janeiro, essa articulação ganhou força também em outros estados, tornando-se uma reivindicação nacional das (os) psicólogas (os). Foi quando, em abril de 2008, o deputado federal Felipe Bornier (PSD-RJ) apresentou o Projeto de Lei nº 3.338/2008 com a proposta de regulamentar, em todo o território nacional, a carga horária para psicólogas (os) em 24 horas semanais.

Em maio daquele ano, o texto foi encaminhado para as Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara, recebendo quatro emendas, uma delas instituindo que a redução da jornada de trabalho estaria sujeita a acordo coletivo. Em ambas, o PL recebeu parecer favorável.

Em julho de 2009, o texto foi enviado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, onde passou a tramitar em caráter conclusivo, ou seja, sem necessidade de ir à votação pelo plenário da Casa. Depois de ficar parado por cerca de dois anos no Senado, o projeto retomou a sua tramitação no primeiro semestre de 2011.

Foi no Senado que o PL recebeu um substitutivo que lhe deu a sua configuração atual. Além de retirar do texto a necessidade de acordo coletivo para a redução da jornada de trabalho, o substitutivo alterou a carga horária para até 30 horas semanais e incluiu, a pedido da então senadora Martha Suplicy (PT-SP), um parágrafo vetando qualquer possibilidade de redução salarial.

O substitutivo foi aprovado no Senado no dia 26 de setembro de 2011 e, em seguida, retornou à Câmara, onde, entre março de 2012 e julho de 2014, passou pela apreciação e aprovação das Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF), de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e de Finanças e Tributação (CFT).

Na CCJC, o texto foi aprovado no dia 15 de julho de 2014, passando a aguardar o prazo regimental de cinco sessões ordinárias na Câmara para seguir para sanção presidencial. Nesse período, a matéria não poderia receber nenhum recurso dos parlamentares. Caso contrário, teria de passar primeiramente pela aprovação do plenário da Casa antes de ser encaminhado para a presidente Dilma.

No dia 14 de outubro de 2014, aconteceu a última sessão do prazo regimental. Como não foi apresentado recurso, o texto retornou à CCJC apenas para validação de sua redação final e, no dia 28 de outubro, foi encaminhado para a Presidência da República.

No dia 17 de novembro de 2014, o presidente da República em exercício, Michel Temer (PMDB-SP), vetou o PL sob alegação de que o texto contraria o interesse público e prejudica o atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS). Com isso, o texto retornou ao Congresso para que os parlamentares pudessem referendar ou rejeitar a decisão presidencial.

A previsão era de que a apreciação do veto acontecesse em dezembro de 2014, mas, devido ao recesso parlamentar, a votação acabou agendada para o dia 24 de fevereiro, sendo, a seguir, transferida para 3 de março. A votação foi adiada novamente, desta vez para o dia 4 de março. Por fim, a sessão foi antecipada na última hora para 3 de março, chegando ao fim sem que o veto fosse apreciado pelos parlamentares. Finalmente, a votação aconteceu no dia 11 de março.

## INFORMES DO SINDICATO DOS PSICÓLOGOS (SINDPSI/RJ)

O Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro (SINDPSI/RJ) mais uma vez agradece o CRP-RJ por este espaço em seu jornal.

O SINDPSI/RJ realizou, em 2014, diversas atividades em prol do trabalhador psicólogo, algumas delas em parceria com o CRP-RJ. Convém lembrar que o Sindicato oferece uma Assessoria Jurídica que trabalha no sentido de intervir em favor dos direitos e dos interesses da categoria.

Todo início de ano, o profissional psicólogo que exerce atividade em Psicologia fica obrigado a pagar a Contribuição Sindical. Seu vencimento ocorre no dia 28

de fevereiro e, por ser um imposto estipulado por lei, o atraso em seu pagamento gera multa e juros. O valor cobrado é determinado em assembleia da categoria.

Este ano, além de encaminharmos o boleto pelos correios, colocaremos em nosso site um link para que você possa emití-lo e efetuar o pagamento, caso não receba em sua residência, como aconteceu em 2014. O endereço para emissão da guia da Contribuição Sindical é: <<http://www.cgmautomação.com.br/sindpsi-rj>>.

Já a Contribuição Confederativa é opcional; porém, seu pagamento garante que você receba Assessoria Jurídica e tenha acesso a outros benefícios oferecidos

pelo Sindicato, além de poder votar em Assembleia. Você poderá emitir o boleto através do: <<http://www.cgmautomação.com.br/sindpsi-rj>>.

É importante destacar que é o recebimento dessas duas contribuições que garante o custeio do Sindicato. Em 2014, por exemplo, foi através dessas duas contribuições que o SINDPSI/RJ pode comprar sua sede própria. Porém, no mês de janeiro de 2015, teremos de iniciar as obras necessárias para o seu funcionamento, já que o imóvel encontra-se em estado inabitável. Por isso, solicitamos aos psicólogos a atenção aos vencimentos dos boletos.

Nesse início de ano, desejamos que todos nós, psicólogos, tenhamos, em 2015, um ano repleto de conquistas.

**Contato: [sindpsi-rj@sindpsi-rj.org.br](mailto:sindpsi-rj@sindpsi-rj.org.br) / (21)2224-1762 ou 2224-1746.**

# A face oculta dos eventos (acidentes) de trânsito



**POR JANAINA SANT'ANNA BARROS DA SILVA\***

Segundo o Mapa da Violência 2012, “os números apresentados pela Organização Mundial da Saúde são estarrecedores, indicativos de uma real pandemia. Só no ano de 2009, aconteceram perto de 1,3 milhão de mortes por acidentes de trânsito em 178 países do mundo. Se nada for feito, a OMS estima que deveremos ter 1,9 milhão de mortes no trânsito em 2020. Os acidentes de trânsito representam a 3ª causa de mortes na faixa de 30-44 anos; a 2ª na faixa de 5-14 e a 1ª na faixa de 15-29 anos de idade”. A OMS afirma ainda que os países de média e baixa renda, que detêm menos da metade de toda a frota de veículos do planeta, respondem por mais de 90% das mortes provocadas pelo trânsito.

Os eventos de trânsito (acidentes) são considerados por seus altos índices de morbimortalidade e ocorrências, um grave problema de saúde pública mundial. As intervenções que ocorrem hoje para o controle das endemias, epidemias e pandemias poderiam também ser aplicadas aos eventos de trânsito.

No Brasil, a cultura do trânsito é caracterizada pela banalização da vida, causando danos físicos, psíquicos, econômicos e sociais muitas vezes irreparáveis. As sequelas invisíveis provocadas pelos eventos de trânsito

to são negligenciadas. Nesse cenário, é imprescindível que a Psicologia, como ciência e profissão, engaje-se neste debate e lute por políticas públicas para uma mobilidade humana que atenda às reais necessidades da sociedade. O modelo de mobilidade humana que desejamos é inclusivo, acessível, sustentável, seguro e não contempla a realidade atual.

O Artigo 1º do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) prevê a defesa da vida, a preservação da saúde e do meio ambiente, mas o Brasil carece de vontade política, investimento e prioridade de execução. Os elevados números da morbimortalidade em decorrência dos eventos de trânsito divulgados no Brasil são subnotificados e não refletem a realidade. Não há um sistema nacional integrado de dados sobre os eventos de trânsito e as fontes de informações adotam critérios diversos, o que ocasiona inconsistência dos dados, estatísticas não confiáveis e informações controversas e divergentes.

Segundo o Mapa da Violência 2014, foram registradas, no Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM), 46.051 mortes em 2012 e 601 mil pessoas lesionadas. Como podemos tolerar tanta dor e sofrimento atingindo famílias inteiras, impondo mudanças bruscas e repentinas e afetando a vida das pessoas com tanta velocidade?

Adaptar-se a um novo estilo de vida, superar o impacto emocional e voltar à rotina são alguns desafios a serem enfrentados. O acompanhamento psicológico das vítimas e enlutados faz-se necessário e está previsto no pilar 5 do Plano Global da Década Mundial de Ações pela Segurança Viária 2011-2020, proclamado pela ONU e do qual o Brasil é signatário.

A intervenção psicológica trata as sequelas invisíveis provocadas pelos eventos de trânsito, como ansiedade generalizada, estresse pós-traumático, fobias e depressão. O acompanhamento psicológico, em muitos casos, torna-se impossível devido ao impacto causado na vida financeira; porém, o seguro obrigatório que oferece cobertura aos Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) deve ser requerido em caso de dano emocional provocado pelos eventos de trânsito. Uma vez comprovado que onexo causal do dano foi o evento de trânsito, não há prerrogativas para ser negada a cobertura do atendimento psicológico à vítima.

\*Janaina Sant'Anna Barros da Silva (CRP 05/17875) é psicóloga, especialista em Psicologia do Trânsito, conselheira-presidente da Comissão de Comunicação Social do CRP-RJ e coordenadora técnica da Pós-Graduação em Psicologia do Trânsito e Mobilidade Humana da Universidade Celso Lisboa.

# Eventos do trânsito, o Estresse Pós-Traumático e a Psicologia

**POR FATIMA GONÇALVES CAVALCANTE\***

Em recente revisão bibliográfica sobre acidente de trânsito (AT) no Brasil, Bacchieri & Barros (2013) apontam que, apesar da implementação do Código de Trânsito Brasileiro de 1998 (Lei nº 9.503) e do maior rigor de leis até 2010, os resultados estão aquém do esperado, havendo aumento do número absoluto de mortes e das taxas de mortalidade. Cerca de 1,3 milhão de pessoas morrem por acidentes de trânsito no mundo e no Brasil, enquanto o número de mortos e feridos graves é superior a 150 mil ao ano, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2006. O Brasil é um dos países com o trânsito mais violento, superior ao Japão, Suécia e Canadá. A Lei nº 11.705/2008 (Lei Seca), que penaliza o consumo de álcool entre motoristas, não tem conseguido a esperada mudança de comportamento em condutores de veículos.

A noção de acidente não contribui para se compreender a implicação e a responsabilidade dos condutores e pedestres neste problema. O evento do trânsito é multifacetado, social e cultural e traz consequências pessoais e socioeconômicas para vítimas e autores em todas as áreas da vida. Embora pareça, ele não é um evento isolado. O tema pode ser visto no contexto do crescimento urbano, do

aumento da frota de veículos e motos, da ineficiência do sistema de transporte público, do planejamento e monitoramento das vias e dos veículos. Enfim, o AT é afetado pelas políticas de mobilidade urbana e reflete uma visão de cidade (Boareto, 2008). De outro lado, ele é consequência de comportamentos e atitudes no trânsito e de falhas humanas.

O impacto do acidente está associado ao sofrimento que ele desencadeia, ao modo como atravessa a vida de pessoas e famílias e a forma como os sujeitos dão sentido ao ocorrido. É natural o coração acelerar e a respiração ficar ofegante diante de um perigo eminente. A reação de estresse é uma resposta neuroquímica e neurofisiológica normal e adaptativa de um cérebro em perigo. Se interpretado como de menor gravidade, o acidente pode gerar uma reação aguda ao estresse, como dificuldade de adormecer, sintomas de ansiedade, agitação ou alteração no apetite, efeitos que irão desaparecer em até dois meses.

Quando o risco é visto como acima da capacidade de a pessoa de lidar com ele, há um impacto traumático. Se o impacto for grave, pode se desencadear o Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT) com três tipos de sintomas: Intrusivos - formas recorrentes de reviver o acontecimento traumático; Evitamento e embotamento - meios de evitar estímulos e lugares associados ao trauma, incapacidade de lembrar deta-

lhes do trauma, expectativas encurtadas em relação ao futuro; Ativação aumentada - dificuldade de sono, irritabilidade ou cólera, dificuldade de concentração e hipervigilância (Cavalcante et al, 2009).

Elaborar os danos e perdas, culpas e consequências e lidar com as mortes e as sequelas físicas e psicológicas são algo difícil. O TEPT nem sempre é diagnosticado e tratado corretamente. Os sintomas são vistos dissociados do evento traumático e abordados de modo isolado, muitas vezes só com medicamentos, sem que as causas sejam cuidadas. Assim, o quadro geral piora com o passar do tempo, a pessoa sente uma vivência de incompreensão e vergonha pelo desajustamento. O psicólogo tem muito a contribuir se for capaz de construir um olhar intersetorial e interdisciplinar, articular o seu conhecimento clínico com as práticas da saúde e buscar melhorar as políticas públicas.

---

\*Fatima Gonçalves Cavalcante (CRP 05/13656) é psicóloga, coordenadora do Laboratório de Práticas Sociais Integradas (LAPSI-UVA), professora de Psicologia e da Pós-Graduação em Psicanálise, Saúde e Sociedade (UVA) e pesquisadora do Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde (ENSP/FIOCRUZ).

---

## REFERÊNCIAS

Bacchieri G & Barros AJD. Acidentes de trânsito no Brasil de 1998 a 2010: muitas mudanças e poucos resultados. *Rev Saúde Pública*, 2011; 45(5): 949-63.

Boareto R. A política de mobilidade urbana e a construção de cidades sustentáveis. *Revista dos Transportes Públicos, ANTP*, 2008; Ano 30/31: 143-160.

Cavalcante F G, Morita PA, Haddad SR. Sequelas invisíveis dos acidentes de trânsito: o transtorno de estresse pós-traumático como problema de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2009; 14(5):1763-1772.

## Leitura Recomendada: "A falsa medida do homem", de Stephen Jay Gould

Por José Novaes\*

O autor, biólogo norte-americano, apresenta nesta obra um amplo panorama de ideias, teses, pesquisas e instrumentos elaborados para a medida do "homem". As aspas explicam-se por este trecho do próprio Gould, em seus "Agradecimentos": "(...) os deterministas biológicos (...) estudaram o 'homem' (ou seja, o europeu branco do sexo masculino), considerando este grupo como padrão de medida que consagrava a inferioridade de qualquer outro grupo humano. O fato de haverem medido o 'homem' incorretamente evidencia a dupla falácia em que incorreram" (p XIV).

Uma breve apresentação dos títulos e subtítulos de alguns capítulos do livro permitem perceber a amplitude da visão do autor e avaliar a importância da obra para nós, psicólogas (os). O capítulo 3, "Medindo corpos – Paul Broca e o apogeu da craniologia", e, em destaque, os capítulos 5, "A teoria do Q.I. hereditário", e 6, "O verdadeiro erro de Cyril Burt – A análise fatorial e a reificação da inteligência". Alguns dos nomes citados nestes capítulos, em que teses sobre a "inteligência" (as aspas desta vez são minhas, autor da resenha, e indicam que o termo é mais um daqueles usados com valor conceitual como sustentáculos das falsas medidas do homem) são apresentadas e discutidas por Gould, todos eles importantes teóricos e estudiosos do tema: A. Binet, H.H. Goddard, L. M. Terman, R. M Yerkes (no capítulo 5) e C. Burt, Charles Spearman, L.L. Thurstone, Arthur Jensen, no capítulo 6.

Na "Introdução", Gould assim resume seu objetivo: "Assim, este livro analisa a abstração da inteligência como entidade única, localizada no cérebro, quantificada na forma de um número único para cada indivíduo, e o uso desses números na hierarquização das pessoas numa escala única de méritos, que indica invariavelmente que os grupos oprimidos e em desvantagem – raças, classes ou sexo – são inatamente inferiores e merecem ocupar essa posição. Em suma, este é um livro sobre a Falsa Medida do Homem" (pág. 9).

Para realizar este trabalho, Gould se baseia em certos argumentos sobre a ciência e sua construção, assim explicitados: "(...) critico o mito que diz ser a ciência uma empresa objetiva (...) o potencial da ciência como instrumento para identificação dos condicionantes culturais que a determinam só poderá ser completamente desenvolvido quando os cientistas abrirem mão do duplo mito da objetividade e do avanço inexorável rumo à verdade" (páginas 5 e 7).

O prazer pela leitura desta obra decorre não apenas de seu conteúdo: também a prosa límpida e escorreita de Gould, preservada na tradução, contribui para tal.

Boa leitura, psicólogas (os)!

GOULD, S. J. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

---

\*José Novaes (CRP 05/980) é psicólogo e conselheiro-presidente do CRP-RJ.

# III Seminário Regional de Psicologia e Políticas Públicas e IX Seminário Regional de Psicologia e Direitos Humanos reúne mais de 400 participantes

ARQUIVO CRP-RJ



Auditério lotado no III Seminário Regional de Psicologia e Políticas Públicas e IX Seminário Regional de Psicologia e Direitos Humanos

## FORAM REALIZADAS OITO MESAS DE DEBATE, ALÉM DA ENTREGA DO VII PRÊMIO MARGARETE DE PAIVA SIMÕES FERREIRA.

Com a participação de mais de 400 pessoas, o CRP-RJ promoveu, nos dias 13 e 14 de novembro, na UERJ – campus Maracanã, o III Seminário Regional de Psicologia e Políticas Públicas e IX Seminário Regional de Psicologia e Direitos Humanos: “Participação social e garantia de direitos – O que a Psicologia tem a ver com isso?”.

A programação do evento teve oito mesas de debates que fomentaram a discussão sobre importantes temáticas para a Psicologia e a sociedade brasileira na atualidade, além da emocionante entrega da 7ª edição do Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira (veja mais no box da página ao lado).

## Abertura

A abertura do evento contou com falas da vice-presidente do CRP-RJ, Marília Alvares Lessa (CRP 05/1773), da vice-diretora do Instituto de Psicologia da UERJ, Márcia da Mota, do presidente do Sindicato dos Psicólogos do Rio de Janeiro (SINDPSI), Marinaldo Santos (CRP 05/5057), da presidente da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ, Janne Calhau Mourão (CRP 05/1608), e da presidente da Comissão Regional de Psicologia e Políticas Públicas do CRP-RJ, Priscila Gomes Bastos (CRP 05/33804).

Em seguida, teve início o debate “O corpo é meu: Despatologiza!”. Mediada pela conselheira Priscila Bastos, a mesa contou com as palestras de Maiara Fafini (CRP 05/43721), psicóloga e travesti, e Letícia Lanz, psicanalista, especialista em Gênero e Sexualidade,

fundadora da Associação Brasileira de Transgêneros (ABRAT) e do Movimento Transgente.

Maiara citou as resoluções do CFP que versam sobre a despatologização das identidades trans e falou dos diversos estigmas que esses indivíduos recebem na sociedade. Letícia explicou, entre outras coisas, como a patologização da condição transgênera se firmou como um discurso médico-psiquiátrico a partir da década de 1950 nos EUA.

A segunda mesa, “Atuação das (os) psicólogas (os) no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)”, foi mediada por Juliana Gomes da Silva (CRP 05/41667), conselheira-presidente da Comissão de Psicologia e Assistência Social do CRP-RJ. Participaram Eduardo Mourão Vasconcelos (CRP 05/32652), psicólogo e professor da Escola de Serviço Social da UFRJ, Joari Carvalho (CRP 06/88775), psicólogo na Vigilância

Socioassistencial em Suzano (SP) e conselheiro do CRP-SP, e José Crus, assistente social e coordenador-geral da Gestão do Trabalho do SUAS do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Eduardo abordou a inserção da (o) psicóloga (o) nos dispositivos do SUAS, a qual, segundo ele, se deu de forma problemática e conflituosa. Joari resgatou o histórico da atuação da Psicologia na Assistência Social desde a época da ditadura civil-militar (1964-1985). José falou da rápida expansão do SUAS por todo o território nacional e dos desafios atuais dessa política.

Na parte da tarde teve início a mesa “Violência e Terrorismo de Estado ontem e hoje: Linhas de Fuga”, mediada pela conselheira Janne Calhau. Os palestrantes foram Eduardo Losicer, psicanalista e Analista Institucional argentino-brasileiro e integrante da Equipe Clínico-Política do Rio de Janeiro, Jandira

Guaraci de Lucena Mendes, membro da Comissão de Pais e Familiares de Presos e Perseguidos Políticos do Rio de Janeiro, e Beatriz Affonso, diretora do Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional (CEJIL).

Eduardo falou sobre a Clínica do Testemunho, projeto fomentado pela Comissão de Anistia e voltado à formação de núcleos de apoio e atendimento psicológico às vítimas do terror do Estado na época da ditadura civil-militar (1964-85) e seus familiares. Jandira narrou como se formou a Comissão de Pais e Familiares de Presos e Perseguidos Políticos. Beatriz abordou a atuação do CEJIL como uma organização não-governamental de Direitos Humanos criada em 1991.

A última mesa do dia foi “Infância, Inclusão e Medicalização: políticas públicas a serviço de quê?”, mediada pela conselheira-presidente da Comissão de Psicologia e Educação do CRP-RJ (COMPSIEDUC),

Helena Rego Monteiro (CRP 05/24180). Participaram Luis Fernando de Oliveira Saraiva (CRP 06/81533), mestre em Psicologia Escolar e pesquisador do Laboratório de Estudos de Famílias, Relações de Gênero e Sexualidade (IPUSP), Aline Lima da Silveira Lage, professora de Psicologia no Instituto Nacional de Educação de Surdos e colaboradora da COMPSIEDUC, e Rui Harayama, cientista social, membro do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade e colaborador das Comissões de Direitos Humanos e Educação do CRP-RJ.

Aline iniciou sua fala apresentando as atuais discussões relacionadas a práticas medicalizantes e às políticas públicas voltadas às crianças surdas. Luis Fernando abordou o processo de medicalização da vida escolar e da sociedade, criticando-o como um perverso mecanismo de controle social pelas forças hegemônicas. Rui tratou da questão da medicalização pela ótica

## VII Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira

Encerrando as atividades do primeiro dia do III Seminário de Políticas Públicas e IX Seminário de Direitos Humanos, a entrega do VII Prêmio aos autores dos trabalhos vencedores nas categorias Profissional e Estudante foi um dos momentos mais emocionantes do evento.

Dando início à cerimônia, a conselheira do CRP-RJ e presidente da Comissão Organizadora do VII Prêmio, Ágnes Cristina da Silva Pala (CRP 05/32409), destacou o número recorde de trabalhos inscritos (32 ao total) e a inovação ocorrida nessa edição com a inclusão do terceiro eixo para inscrição de trabalhos na categoria Profissional: “A Prática da Psicologia em Equipes Multiprofissionais”.

Em seguida, Ademir Pacelli Ferreira (CRP 05/3148), professor do Instituto de Psicologia da UERJ que foi marido de Margarete Paiva, afirmou ser “um prazer apresentar um prêmio que lembra e homenageia a Margarete, sem dúvida a pessoa mais importante da minha vida”. Também compondo a mesa, Ana Lúcia de Lemos Furtado (CRP 05/465), que foi professora e amiga de Margarete, prestou um depoimento sobre sua relação com ela. “O que mais me chamava atenção era o fato de Margarete chamar e envolver todos os outros estudantes nas discussões. Esta era a marca da Meg: ela nunca desistia, sabia muito bem o que queria e tinha fé naquilo que fazia”.

Veja abaixo a relação completa dos vencedores:

### Eixo 1: “Vivência da Psicologia nas Políticas Públicas”

#### Categoria Profissional

- 1º lugar: Lívia Cretton Pereira / Trabalho: “Práticas de cuidado de si: resistências às capturas operadas pelos manicômios concretos e/ou mentais”
- 2º lugar: Aline Lima Tavares e Sonia Alberti / Trabalho: “Relato de uma experiência no contexto das Políticas Públicas: Lição de uma aposta possível”

#### Categoria Estudante

- 1º lugar: Alfredo da Conceição Chamma / Trabalho: “Atenção a crise na clínica das toxicomanias: impasses e possibilidades no manejo clínico”
- 2º lugar: Alessandra Lima de Almeida / Trabalho: “A loucura infantil e a desinstitucionalização: contribuição da Reforma Psiquiátrica para a prática do psicólogo no CAPSi”



### Eixo 2: “Diversidade dos Campos de Atuação da Psicologia”

#### Categoria Profissional

- 1º lugar: Lina Pinheiro Petraglia / Trabalho: “Escola e desejo: reflexões sobre Ética e Psicanálise”
- 2º lugar: Laura Cristina de Toledo Quadros e Eleonora Torres Prestrelo / Trabalho: “Laboratório Gestáltico: a Vida Vivida como Experimento-ação”

#### Categoria Estudante

- 1º lugar: Mariana de Souza Carvalho / Trabalho: “Criar, cuidar, reinventar: a lógica do cuidado no contexto de hospitalização infantil”

### Eixo 3: “Prática da Psicologia em Equipes Multiprofissionais”

#### Categoria Profissional

- 1º lugar: Cristiane Viana da Silva Santos / Trabalho: “A atuação do Psicólogo Escolar em Equipes do Programa Saúde nas Escolas”
- 2º lugar: Débora Sun Espíndola e Mariana Bairral Brito Harrison / Trabalho: “N-SAIPM Esquadra: três anos de apoio à Operação de paz no Líbano”

## Sobre Margarete de Paiva

O Prêmio faz menção à memória da psicóloga Margarete de Paiva Simões Ferreira, incansável defensora dos Direitos Humanos, ativista na prevenção à AIDS e membro da Comissão Gestora do CRP-RJ (março de 2003 / setembro de 2004). Margarete faleceu em dezembro de 2006, vítima de câncer.



Mesa de debate sobre Judicialização, Ressentimento e Punição no segundo dia do evento

da produção de subjetividades que se dá a partir da publicidade financiada pela indústria farmacêutica.

## Último dia

A mesa “Políticas para a criança e o adolescente: discutindo as medidas de proteção” abriu as atividades do último dia do evento. Mediado por Graziela Contesso Sereno (CRP 05/30279), psicóloga pós-graduada em Análise Institucional e Esquizoanálise pela Fundação Gregório Barenblit, o debate contou com a participação de Juraci Brito da Silva (CRP 05/28409), psicólogo do DEGASE e especialista em Psicologia Jurídica, Esther Arantes (CRP 05/3192), professora da PUC-Rio e UERJ e pesquisadora na área da Criança e Adolescente, e Alexandre Ferreira do Nascimento (CRP 05/33108), assessor de Projetos Estratégicos da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA).

Juraci começou o debate questionando: “Como falar da proteção à criança e ao adolescente em um espaço marcado por tanta violência?”. Alexandre abordou as normativas da proteção à criança e ao adolescente existentes no Brasil e Esther mostrou o contexto histórico da proteção à criança e ao adolescente no país.

A segunda mesa do dia foi “Judicialização, Ressentimento e Punição”, mediada pelo psicólogo e conselheiro-tesoureiro do CRP-RJ, Alexandre Trzan Ávila (CRP 05/35809). Participaram Érika Figueiredo Reis (CRP 05/24077), psicóloga do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e autora do livro “Varas de Família. Um Encontro entre Psicologia e Direito”; Rubens Casara, juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

e membro da Associação de Juizes para a Democracia e Marcelo Chalréo, advogado, conselheiro e presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ.

Rubens argumentou que o fenômeno da judicialização no Brasil se dá a partir de toda a demanda de que o Poder Legislativo não consegue dar conta e acaba repassando para o Judiciário. Chalréo acrescentou que a questão da judicialização acaba por excluir quem, de alguma maneira, já é excluído. Já Érika ressaltou que há uma tentativa de disfarçar essa política judicializante e que ela acontece quando se pensa no arranjo de positividade onde a impunidade e a punidade extrema participam do mesmo sistema.

“Por um novo paradigma sobre drogas: dever do Estado, direito do usuário” foi o tema da penúltima mesa. Mediada por Julia Horta Nasser (CRP 05/33796), colaboradora da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ e representante no Fórum Permanente de População Adulta em Situação de Rua, a mesa contou com a participação de Taniele Cristina Rui, antropóloga e professora da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e Francisco de Abreu Franco Netto (CRP 05/38521), psicólogo e mestre pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz).

Taniele afirmou que a principal questão política do crack é a aparição de sujeitos no cenário urbano fazendo uso dessa droga de forma visível para toda a sociedade. Francisco afirmou que as ditas práticas de cuidado do Estado para com os usuários de drogas são, muitas vezes, práticas de segregação e violência.

Mediado por Fernanda Haikal Moreira (CRP 05/34248), assessora técnica da Comissão Regional de Psicologia e Políticas Públicas do CRP-RJ, o último debate teve como temática “Direito ao Território: Inserções e Exclusões”. Compuseram a mesa Tania Pacheco, coordenadora do Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, Maria Lucia Santos Pereira, ex-moradora de rua e coordenadora do Movimento da População de Rua – Região Nordeste, e Alexandre Pessoa Dias, engenheiro civil e coordenador do Canteiro Experimental de Tecnologia Social em Saneamento e Saúde.

Tania destacou que a questão do território é hoje a forma mais brutal de extermínio da população pobre. Maria Lúcia afirmou que a situação da população de rua é um problema social que requer diálogo, solução pacífica e encaminhamentos adequados. Alexandre falou sobre a questão do direito à moradia e sobre as privatizações do território e dos serviços públicos e a mercantilização da vida no atual contexto do Rio de Janeiro.

Encerrando as atividades do evento, foi exibido o documentário “Domínio Público”, que aborda os diversos impactos da realização dos megaeventos esportivos no Rio de Janeiro.

**A cobertura completa do evento está disponível em:** <<http://www.crprj.org.br/noticias/2014/112714.html>>. **Os vídeos de cada mesa estão disponíveis no Youtube:** <<https://www.youtube.com/channel/UCfgP81Clk3wOis358J-ix1A>>.

# CRP-RJ marca presença no IV Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão

**O CRP-RJ REALIZOU DIFERENTES ATIVIDADES REPRESENTANDO O RIO DE JANEIRO NOS DEBATES NACIONAIS SOBRE A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NOS DIVERSOS ESPAÇOS DA SOCIEDADE.**

O CRP-RJ marcou presença na 4ª edição do Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão (IV CBP), realizado entre os dias 19 e 23 de novembro, em São Paulo. Com tema “Os impactos da Psicologia na sociedade brasileira: a política da ciência e da profissão”, o evento teve mais de 13 mil participantes, além de mais de 3.500 trabalhos apresentados nos formatos “Conferência”, “Como eu faço”, “Conversando sobre...”, “Mesa redonda” e “Exposição de Pôster”. O evento foi realizado pelo Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), com o apoio de todos os Conselhos de Psicologia.

## Primeiro dia

A primeira atividade do CRP-RJ foi no dia 20 com uma roda de conversa no formato “Conversando sobre...”, organizada pelas conselheiras Maria da Conceição Nascimento (CRP 05/26929), representante do Conselho na Articulação Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras (es) (ANPSINEP), e Priscila Gomes Bastos (CRP 05/33804), presidente da Comissão Regional de Psicologia e Políticas Públicas.

“Psicologia e Relações Étnico-Raciais, Diversidade Sexual e Identidades de Gênero” foi o tema do trabalho, que teve por objetivo divulgar as discussões travadas pelo Grupo de Trabalho Integrado de Psicologia e Relações Étnico-Raciais, Diversidade Sexual e Identidades de Gênero da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ (CRDH).

## Segundo dia

Na manhã do dia 21, Conceição participou de uma reunião da ANPSINEP que teve como objetivo debater ações a serem implementadas no fortalecimento da articulação de psicólogas (os) comprometidas (os) com o tema da Psicologia e Relações Raciais. Um dos

encaminhamentos foi a criação de uma coordenação nacional de caráter provisório, com dois representantes de cada região do país, para ampliar as ações de enfraquecimento do racismo no Brasil.

No mesmo dia, o conselheiro-tesoureiro do CRP-RJ, Alexandre Trzan Ávila (CRP 05/35809), integrou a mesa “Conversando sobre os entrecruzamentos políticos, Psicologia e movimentos sociais: uma atitude crítica à medicalização da educação e da sociedade”.

ARQUIVO CRP-RJ



A atividade também contou com a participação de Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CRP 05/26077), ex-conselheiro do CRP-RJ, ex-presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP e professor da UFRJ, Flávia Cristina Silveira Lemos, da Universidade Federal do Pará, Ariadne Benetom de Campos, da Unidade Básica de Saúde do Butatã (SP), Marilene Proença Rabello de Souza, da Universidade de São Paulo, e Ana Carla Cividades Furlan Scarin, também da USP.

Em paralelo, a presidente da CRDH, Janne Calhau Mourão (CRP 05/1608), integrou o Simpósio “Processos Ditatoriais e Subjetividades”, coordenado pelo Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina, com falas da psicóloga Yara Maria Moreira de Faria Horke, do CRP-SC, e também do professor do Instituto de Psicologia da UFRJ Pedro Paulo Gastalho de Bicalho.

Ainda na manhã do dia 21, a conselheira-presidente da Comissão de Psicologia e Assistência Social do CRP-RJ, Juliana Gomes da Silva (CRP 05/41667), marcou presença em uma reunião de psicólogas (os) de todo o país que atuam na Assistência. Nesse encontro, as (os) profissionais presentes compartilharam experiências e debateram os desafios à ampliação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A última atividade do CRP-RJ foi a mesa redonda “A Psicologia e o Esporte: os desafios dos Conselhos Regionais de Psicologia diante dos mega-eventos esportivos”. Compuseram a mesa o conselheiro-secretário do CRP-RJ, Rodrigo Acioli Moura (CRP 05/33761), a colaboradora do CRP-BA Thaise Coutinho dos Santos e a conselheira do CRP-SP Camila de Freitas Teodoro.

## Terceiro dia

No dia 22, o CRP-RJ participou de três atividades. Na parte da manhã, a conselheira-presidente da Comissão de Psicologia e Educação, Helena Rego Monteiro (CRP 05/24180), participou do Simpósio “Psicologia, Educação e Medicalização: três enfoques”. A atividade foi coordenada por Lygia de Sousa Viegas, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, e teve a participação de Regina Lúcia Sucupira Pedrosa, da Universidade de

Brasília, e Marcelo Ubiali Ferracioli, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR).

Em paralelo, a conselheira Juliana Gomes integrou uma mesa redonda abordando a temática “Contribuições das políticas de Assistência Social para o desenvolvimento da Psicologia como profissão no país”.

À tarde, o CRP-RJ organizou uma mesa, no formato Simpósio Ciência e Profissão, sobre “Psicólogas (os) no SUAS e seu trânsito pela intersectorialidade”. Participaram as conselheiras Juliana Gomes e Denise da Silva Gomes (CRP 05/41189) e também a colaboradora do CRP-RJ Natália Fernandes Valente (CRP 05/39380).

**A cobertura completa do evento está disponível em:** <http://www.crprj.org.br/noticias/2014/120314.html>.

# Psicologia e Assistência Social: diálogo para a garantia de direitos?

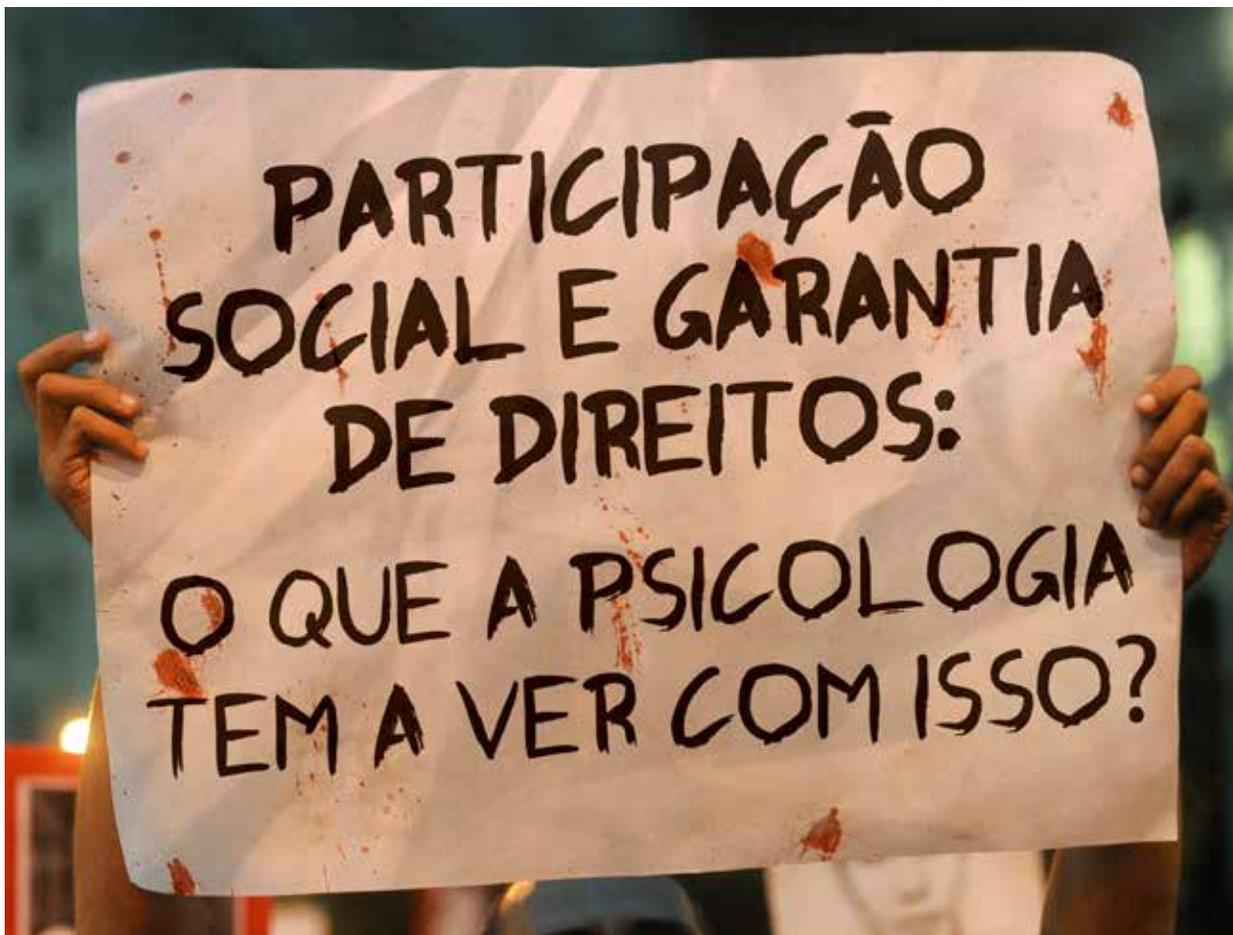


IMAGEM ORIGINAL: FERNANDO FRAZÃO/ AGÊNCIA BRASIL(01/04/2014)

**COM O SUAS, A ASSISTÊNCIA INSTITUCIONALIZOU-SE COMO UM POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA PARA PROTEÇÃO SOCIAL E DEFESA DOS DIREITOS DAS PARCELAS MINORIZADAS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA. E A PSICOLOGIA POSSUI UM IMPORTANTE COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO A DESEMPENHAR NESSA POLÍTICA.**

Em nosso país, a Assistência Social sempre foi vista como uma política pobre feita para pobres. Essa política auxiliou a consolidação de uma cultura da subserviência, do favor, do clientelismo e do apadrinhamento, produzindo dependência e docilidade e amenizando alguns dos conflitos da classe trabalhadora. Por ser considerada obra de caridade, acreditava-se não ser necessária a profissionalização da Assistência, mas a colaboração de pessoas de boa vontade, fomentando uma cultura do voluntariado e da filantropia. Por outro lado, ações descontínuas eram iniciadas e interrompidas não em função das

demandas e necessidades da população assistida, mas por mudanças de gestão na ocupação de cargos políticos ou por contingenciamento financeiro.

Durante a década de 1980, e ao longo da década seguinte, a mobilização nacional dos profissionais ganhou visibilidade: acadêmicos e militantes ligados aos movimentos sociais começaram a questionar tal modelo de assistencialismo cujas práticas reafirmavam os espaços de exclusão, a dependência e a vulnerabilidade socioeconômica das classes minorizadas. Essa intensa articulação ganhou contornos mais sólidos a partir de 1988, com o reconhecimento da Assistência Social como direito, integrando na Constituição Federal o tripé da Seguridade Social, junto com a Saúde e a Previdência Social, direito este posteriormente regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993.

No início de 2003, ano da IV Conferência Nacional de Assistência Social, a política de Assistência começa a

avançar efetivamente em nosso país. Naquela Conferência, deliberou-se pela criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e instituiu-se a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Hoje, passados dez anos de sua implantação, o SUAS é uma política reconhecidamente importante e fértil campo para a atuação das (os) psicólogas (os), figurando-se como o segundo maior campo de trabalho para essas (es) profissionais no país, atrás apenas do Sistema Único de Saúde. De acordo com estimativas do Conselho Federal de Psicologia, aproximadamente 9% das (os) psicólogas (os) brasileiras (os) atuam hoje no SUAS.

Segundo a Resolução nº 17 de 2011, entre as (os) profissionais que compõem as equipes de referência dos equipamentos e serviços socioassistenciais, estão assistentes sociais, pedagogas (os), advogadas (os), terapeutas ocupacionais, musicoterapeutas, economistas, sociólogas (os), antropólogas (os), economistas domésticos, administradoras (es), contadoras (es) e psicólogas (os).

A inserção maciça de psicólogas (os) na política de Assistência corrobora a tendência da expansão da Psicologia entre as políticas públicas e evidencia um novo território produtor para a ampliação das suas práticas. A prática da Psicologia nessa área, embora se apresente como oportunidade de reinvenção para a (o) profissional, amiúde também revela – e na mesma medida – os desafios enfrentados cotidianamente pelas (os) trabalhadoras (es) diante de inúmeros questionamentos sobre a atuação ética, teórico-técnica e politicamente comprometida – ferramenta indispensável para atuação, de forma democrática, em políticas públicas.

## O que é o SUAS?

O SUAS é o modelo de gestão da política de Assistência Social que organiza, de modo participativo e descentralizado, os serviços socioassistenciais no Brasil. A política de Assistência tem como funções a Vigilância Socioassistencial, a Defesa de Direitos e a Proteção Social.

A Proteção Social divide-se em Básica e Especial. A Proteção Social Básica é destinada à prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social a partir do incentivo à autonomia, fortalecendo o protagonismo dos usuários, bem como resgatando e tornando mais

unidos seus vínculos familiares e comunitários, o mais das vezes esgarçados ou rompidos. A Proteção Social Especial, direcionada às famílias ou pessoas que já estão vivenciando situações de risco e violação de direitos, como o abandono e não provimento de condições para a sobrevivência; violência física; psicológica e/ou sexual; abuso de álcool e outras drogas, entre outras condições.

As ações desenvolvidas pelos diversos equipamentos do SUAS devem estar de acordo com a PNAS, que estabelece as diretrizes para o novo paradigma de Assistência Social, cuja prioridade é romper com as práticas clientelistas fundamentadas na lógica das benesses e da concessão de favores e não da conscientização sobre a garantia e usufruto dos direitos sociais, excluindo e submetendo ainda mais a população já em vulnerabilidade.

Para a psicóloga Juliana Gomes da Silva (CRP 05/41667), conselheira-presidente da Comissão de Psicologia e Assistência Social do CRP-RJ, a política de Assistência em nosso país esteve, durante muito tempo, “subordinada às entidades filantrópicas, sem haver o compromisso com a permanência do acompanhamento e da resolução dos problemas das famílias e indivíduos e mantendo as relações de clientelismo e poder. O estabelecimento dessa política e sua materialização em espaços de atendimento e acompanhamento por profissionais qualificados devem ser considerados os marcos de fundação do SUAS em todo país”.

Na avaliação do psicólogo Leonardo Pecoraro Costa (CRP 05/23778), superintendente de Gestão do SUAS na Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (SEASDH/RJ), “o SUAS vem materializar, por meio dos programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais, a conquista de novos direitos sociais, que permitem que as parcelas mais vulneráveis da população possam receber proteção social estatal”.

Segundo ele, “com o advento do SUAS, temos hoje no Brasil uma Assistência Social que pode ser reivindicada como direito. E, graça a isso, em situações de privação, nenhuma família, cidadão ou cidadã precisaria depender da caridade alheia, de favores de políticos ou se humilhar diante de certas autoridades ou agentes do Estado. Isso não é pouca coisa!”.

O Rio de Janeiro atualmente dispõe de 450 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), distribuídos entre seus 92 municípios. Entre o número total de cidades, apenas oito municípios fluminenses não dispõem de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), executor dos serviços de Proteção Social Especial. Contudo, se por um lado a capilaridade e expansão do SUAS no estado do Rio é uma constatação animadora, por outro, ela pode eclipsar o verdadeiro desafio dessa



STOCK.XCHNG

política na atualidade: converter a quantidade de equipamentos disponíveis em qualidade e eficiência nos serviços prestados.

“O SUAS tem muito ainda que avançar”, pondera Juliana. “É uma política em expansão e constante aperfeiçoamento. O entendimento da política pelos municípios é que torna complicado alguns avanços. Os municípios recebem financiamento do governo federal para executar a política e fazer acontecer o trabalho: alguns executam-na com maestria, outros colocam interesses políticos na frente. O grande desafio, portanto, é o retorno ao princípio da política de Assistência, que é uma Política de Estado, não de Governo. Os municípios precisam avaliar a realidade local, mas devem fazer o que estabelecem as diretrizes da política, não o que melhor convier”.

Leonardo aponta outro fator que ainda precisa avançar: a gestão dos recursos destinados ao SUAS. “Atualmente, o SUAS precisa avançar com algumas frentes. Uma delas já é bem conhecida: o orçamento. Os recursos da Assistência Social ainda são muito poucos. Mesmo com as deliberações das Conferências, não se conseguiu estabelecer um percentual mínimo de recursos para aplicação no SUAS, tal como já temos para a Saúde e para a Educação. Os estados também precisam avançar com o cofinanciamento sistemático do SUAS aos municípios. Se os repasses são irregulares, os gestores municipais não têm como fazer um planejamento dos gastos. É claro que também precisamos qualificar a gestão desses recursos”, afirma.

## Protagonismo da Psicologia

Ainda que psicólogas (os) já atuassem na Assistência Social, foi apenas recentemente que a categoria iniciou um processo de reflexão sobre sua prática e

inserção nessa política. Juliana explica que, no início dessa inserção, as (os) profissionais de Psicologia relatavam grande angústia quanto à atuação em alguns desses espaços. Esse sentimento decorria, principalmente, das demandas de trabalho. A escassa formação técnica e teórica recebida na graduação para a atuação na Assistência ou em outras políticas públicas intersetoriais, a indefinição quanto às atribuições dos profissionais que compõem as equipes de referência, em especial, a confusão de papéis entre psicólogas (os) e assistentes sociais, entre outros aspectos, influenciam negativamente a percepção das (os) profissionais em relação às suas potencialidades no desenvolvimento de um projeto de Psicologia, singular e efetivo, para as necessidades do território e comunidade em que atuam.

Além disso, as (os) psicólogas (os) precisaram adaptar-se ao fato de que o espaço de atuação no SUAS é multiprofissional, compartilhado com profissionais de outras áreas, ocasionando, muitas vezes, o estranhamento e conflitos entre os diferentes saberes/poderes.

“O campo de atuação de todos os profissionais do SUAS ainda está se consolidando, mas o psicólogo estranha a forma de trabalhar, visto que não recebeu formação específica para tal. Nas políticas intersectoriais abarcadas pela Assistência, historicamente, o psicólogo sempre deu sua contribuição. Entretanto, em meio ao novo cenário promovido pelo SUAS, o profissional ainda se percebe integrando um novo campo que necessita de práticas próprias. Entendemos que, de fato, o susto passou, a crise de identidade não existe mais e o psicólogo domina e aprimora, cada dia mais, competências para atuar no SUAS, desenvolvendo o saber científico e profissional da Psicologia”, destaca a conselheira do CRP-RJ.

“Para a atuação dos(as) psicólogos(as)”, complementa Leonardo, “o SUAS tem se apresentado como um imenso laboratório, atrativo e convidativo a experimentações que poderão contribuir em muito com a produção do conhecimento em Psicologia no Brasil. E digo isso exatamente porque o SUAS, em termos de metodologias de intervenção, é um canteiro de obras que passou a ser montado muito recentemente e os trabalhadores que chegam para ocupar esses postos de trabalho têm uma série de dúvidas sobre como atuar”.

Conforme relata o superintendente de Gestão do SUAS na SEASDH/RJ, “eu mesmo comecei atuando como técnico de referência da equipe de um CRAS no município de Petrópolis. Foi um desafio bem grande no início: trabalhar com grupos de famílias na comunidade, construir um fazer profissional para o qual eu não havia sido preparado na universidade, estabelecer uma relação com assistentes sociais, delimitando nossas competências”.

Ainda segundo ele, é importante notar que “o trabalho diário no SUAS vai exigir do psicólogo, além do conhecimento sobre legislação, direitos, normativas e fluxos, certa competência no trato com demandas institucionais. Serão frequentes as exigências de emissão de relatórios, de sistematização dos atendimentos. O trabalho com grupos de famílias, com o planejamento e execução de projetos no território exigirá certa aptidão para trabalhar fora daquelas tradicionais salas de atendimento”.

## A questão da formação

Como é possível perceber, grande parte do “estranhamento” que as (os) psicólogas (os) sentem ao ingressar no SUAS esbarra nas lacunas deixadas pela formação em Psicologia, que, até hoje, não contempla, ou contempla de modo incipiente, a atuação profissional nas políticas públicas.

A psicóloga Luciene Alves Miguez Naiff (CRP 05/22840), professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e coordenadora do Programa de Mestrado em Psicologia da UFRJ, diz que as (os) psicólogas (os) recém-formados têm pouco contato, na graduação, com o mercado de trabalho disponível para a Psicologia no Brasil.

Segundo ela, “a formação em Psicologia é, em geral, bastante teórica e, quando possibilita a prática, esta costuma ser

voltada para a clínica. O desenho dos ementários dos cursos não contempla disciplinas que explorem o conhecimento sobre o SUAS. Atualmente, já encontramos de forma tímida disciplinas que exploram o SUS e a área jurídica, mas a Assistência não vem sendo contemplada adequadamente”.

## ***"Com a criação e implementação do SUAS, o Estado assume, na prática, a responsabilidade pela proteção social, dando consistência à ideia de que a Assistência Social é um direito, não uma ação filantrópica voluntária concedida"***

Leonardo corrobora que “as fragilidades da formação desses profissionais e certo distanciamento da academia no que se refere a uma orientação da formação

para o trabalho dos(as) psicólogos(as) com políticas públicas” representam um desafio à atuação da (o) psicóloga (o) no SUAS.

“Essa fragilidade reverbera, de pronto, nos processos de seleção de profissionais para o SUAS, cujo conteúdo das provas dos concursos públicos muitas vezes privilegia a avaliação de conhecimentos que só seriam úteis nas práticas de consultório e ambulatorios de saúde. Para os profissionais recém-formados, especialmente, isso é muito ruim, pois, uma vez empossados nos cargos, vão se deparar com uma realidade de trabalho onde não há lugar para psicoterapia de nenhuma espécie”, destaca.

Então, o que falta aos cursos de formação de Psicologia para melhor qualificar as (os) psicólogas (os) em sua inserção no SUAS? Luciene indica a importância de que sejam incluídas “disciplinas teóricas e práticas em que o aluno possa não apenas conhecer o que é o SUAS, mas que possa, com igual ênfase, aprender as técnicas necessárias a esse tipo de atuação, discutindo

possibilidades, conhecendo experiências e fazendo estágios vivenciais”.

“O psicólogo é importante no SUAS porque sua expertise é necessária ao bom atendimento dos usuários dessa política. Ou seja, sua formação básica é voltada para o conhecimento da psique humana em suas potencialidades e fragilidades. No entanto, a formação ainda não conseguiu direcionar essa expertise para o trabalho no SUAS e suas demandas. A atuação política e a implicação são importantes, mas não excluem a necessidade de aprimoramento que esse profissional deve receber, desde a sua formação, para atuar no SUAS”, afirma.

## O papel político da Psicologia

Como vimos, com a criação e implementação do SUAS, o Estado assume, na prática, a responsabilidade pela proteção social, dando consistência à ideia de que a Assistência Social é um direito, não uma ação filantrópica voluntária concedida. Desse modo, a Assistência assume um novo lugar social e político: de resistência às práticas tuteladoras e assistencialistas que sustentam relações de poder e de opressão, bem como passa a assumir o papel de promotora do acesso de todos, especialmente, das populações historicamente minorizadas, aos direitos socioassistenciais. E a construção e expansão do SUAS coincide com o endereçamento cada vez maior de nossa categoria em direção às políticas públicas.



Imagem de capa do livro "Formação: ética, política e subjetividades na Psicologia", publicado pelo CRP-RJ em 2010.

“A política de Assistência faz com que se criem representações do profissional psicólogo para um nicho da população que só o tinha no imaginário. O acesso ao psicólogo, até bem pouco tempo atrás, era restrito às classes mais abastadas ou a alguns serviços de Psiquiatria. Acredito que os psicólogos nas políticas públicas, em especial no SUAS, consolidam o compromisso social da Psicologia com as classes sociais marginalizadas e historicamente excluídas”, argumenta Juliana.

Ainda na avaliação da conselheira do CRP-RJ, o papel ético-político da (o) psicóloga (o) no SUAS começa com o seu “compromisso com a transformação social”. Segundo ela, a (o) profissional de Psicologia precisa “pensar sempre a quem está servindo: à manutenção do poder vigente ou ao usuário que atende? O psicólogo deve garantir direitos, analisando as conjunturas e o sujeito sócio-histórico. O profissional que se furta a pensar em toda a construção social do sujeito que atende incorre no erro de culpabilizar e revitimizar o usuário que está acompanhando”.

Leonardo acrescenta que é importante a (o) psicóloga (o) estar sempre atenta (o) à “cultura política patrimonialista vigente, onde a subordinação de muitos é essencial para a manutenção do poder de alguns”. Para ele, “as velhas práticas assistencialistas tenderão

a se encarnar e se apoderar dos novos dispositivos criados com o SUAS. Isso exige cuidado constante, pois, do contrário, poderemos ter CRAS e CREAS ocupando o mesmo lugar social que as instituições

doença”, finaliza ele. “Há a tendência de se buscar nas histórias progressas das famílias e indivíduos as justificativas para as situações desagradáveis que se apresentam. Uma vez que a política de Assistência Social tem a



família como matriz de atenção integral, há o perigo de se usar um modelo de família como se ele fosse ‘o modelo’, apontando para os outros como sequelas de uma suposta desestrutura. É exatamente por conta desse entendimento que ainda assistimos a discursos que responsabilizam a família pela violência urbana, por exemplo. Isso é discurso de uma Psicologia de ditadura”.

Desse modo, as (os) psicólogas (os) que atuam no âmbito do SUAS precisam atentar para o importante papel que desempenham nesses espaços. Não há dúvidas de que a Assistência Social constitui hoje um território fértil para a intervenção qualificada da Psicologia junto às classes populares. As (os) psicólogas (os) têm o compromisso ético, político e

de caridade ocupavam no início do século passado, assim como assistentes sociais e psicólogos tomando as ‘cadeiras’ dos antigos agentes moralizadores”.

“Infelizmente, o conhecimento em Psicologia ainda é muito usado para produzir culpa, para produzir

social de auxiliar no processo de fortalecimento da autonomia e no empoderamento do sujeito, contribuindo na garantia de acesso aos seus direitos básicos e desconstruindo as diversas práticas moralizantes, ainda hoje vigentes, de subalternação e minorização dessas camadas da população.

## Comissão de Assistência Social do CRP-RJ

A inserção da Psicologia nas políticas de Assistência Social – e sua importância no processo de consolidação da garantia de direitos às parcelas minorizadas da população – vem sendo pauta nos debates da Comissão Regional de Psicologia e Políticas Públicas do CRP-RJ (CRPPP-RJ) desde a sua criação, em 2009.

De lá para cá, tem-se assistido à progressiva ampliação das políticas de Assistência, especialmente em nível municipal, favorecendo, com isso, a inserção de um número cada vez maior número de profissionais de Psicologia nessa área.

Atento a esse cenário desafiador para a Psicologia no estado do Rio, o CRP-RJ, por meio da CRPPP, promoveu, em junho de 2014, uma roda de conversa com profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no intuito de fomentar esse debate e conhecer a realidade de trabalho dessas (es) psicólogas (os). Com mais de 150 participantes, o evento apontou a urgência de se institucionalizar um espaço de debates sobre a inserção da Psicologia nessa área.

Assim, o XIV Plenário do CRP-RJ deliberou, em agosto de 2014, a criação da Comissão de Assistência Social. Presidida pela conselheira Juliana Gomes da Silva (CRP 05/41667), a Comissão vem se articulando para promover, em 2015, uma extensa agenda de debates e eventos sobre as diversas questões que permeiam o fazer psi nas políticas de Assistência.

Algumas dessas questões são: a importância da atuação multidisciplinar nos dispositivos dessa política; a necessidade de inserção qualificada da (o) psicóloga (o) nesses espaços; a precarização das relações de trabalho nos equipamentos do SUAS, vulnerabilizando a (o) profissional e prejudicando a qualidade do serviço prestado à população; a necessidade de que o SUAS seja implementado como uma Política de Estado, e não de Governo.

Fique ligada (o) ao site e às mídias sociais do CRP-RJ para acompanhar as próximas ações da Comissão de Assistência Social e participe desse debate!

**Contato: [compsisuas@crprj.org.br](mailto:compsisuas@crprj.org.br)**

# Precarização das relações de trabalho na Assistência e o FETSUAS

Outro grave entrave à ampliação qualitativa dos serviços ofertados pelos dispositivos do SUAS diz respeito à precarização das relações de trabalho. Esse processo de precarização se manifesta de diversas maneiras distintas: baixa remuneração e vínculos trabalhistas terceirizados e temporários. De acordo com o relato de muitas (os) psicólogas (os) que participaram de eventos do CRP-RJ, a precarização do SUAS se manifesta também nos equipamentos, que não oferecem condições mínimas de trabalho e de atendimento digno à população.

No Rio de Janeiro, por exemplo, há cerca de dez anos não há concurso para a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH). Na cidade do Rio, o último concurso foi realizado somente para a categoria de Serviço Social, e 20 psicólogas (os) foram aproveitadas (os) do concurso da Secretaria de Saúde. Os dados do último Censo SUAS (2013) estão disponíveis para consulta em [www.crprj.org.br/publicacoes/jornal](http://www.crprj.org.br/publicacoes/jornal).

A precarização das condições de trabalho nos dispositivos da Assistência Social é uma realidade por todo o país, apesar da importância dessa política no acolhimento socioassistencial às parcelas minorizadas da população.

Diante desse quadro preocupante, os trabalhadores do SUAS se organizaram, em todo o país, em Fóruns de Trabalhadores do SUAS (FETSUAS) para traçar coletivamente estratégias de enfrentamento a essa situação. Em entrevista ao Jornal do CRP-RJ, o psicólogo e colaborador da Comissão Regional de Psicologia e Políticas Públicas do CRP-RJ Achilles Miranda Dias (CRP 05/27415) falou um pouco mais a respeito dessas questões.

**Atualmente, em termos de política pública, o SUAS representa a segunda maior congregação de psicólogas (os) do país, atrás apenas do SUS. Fale um pouco, por favor, sobre essa inserção.**

**Achiles:** O SUAS vem se expandindo e se institucionalizando de forma muito rápida e também a pre-

sença dos psicólogos na política de Assistência Social. Por vezes, se afirma que os psicólogos estão chegando agora na Assistência Social, mas isto não é real. A presença de psicólogos na Assistência é marcante há bastante tempo, nas chamadas políticas de Bem-Estar Social, nas Secretarias de Desenvolvimento Social, em abrigos, com crianças em situação de rua, entre outras. Existe uma história da Psicologia na Assistência Social a ser contada e teoria e experiência que devem ser resgatadas e incorporadas ao debate atual.



Em 2005, já éramos a terceira maior categoria atuando na Assistência, pouco atrás dos pedagogos. Hoje, já somos 22 mil profissionais no país atuando no SUAS, um crescimento de cerca de 350% em menos de dez anos. Este crescimento reflete o reconhecimento do direcionamento da nossa profissão para as políticas públicas e sua preocupação com os Direitos Humanos.

**Qual o nível de precarização das relações de trabalho atualmente nos equipamentos do SUAS em nosso estado?**

**Achiles:** Grande parte da conta do crescimento do SUAS tem sido paga pelos trabalhadores de todas as categorias. Ainda que a NOB-RH/SUAS coloque o concurso público como a forma de contratação dos profissionais das equipes de referência, isto ainda está distante da realidade na maior parte dos casos. São vínculos empregatícios precários, muitas vezes sem direito a férias, 13º salário e outros direitos, remuneração baixa, terceirização através de ONGs, contratos por RPA, enfim. A precarização comparece no tipo de vínculo, na carga horária, nos salários e no não reconhecimento de direitos trabalhistas, mas também nas condições em que este trabalho é executado. Há também situações de assédio moral, perseguições por divergência de concepções, determinação de gestões que se opõem à política de Assistência Social, algumas vezes chegando a entrar em conflito com a ética profissional.

**De que modo esse quadro afeta a atuação do psicólogo e o serviço prestado à população?**

**Achiles:** Começa com a forma de contratação. O espaço principal do psicólogo no SUAS é nas equipes de referência da proteção básica e da proteção especial de média e alta complexidade. É importante notar que são equipes de referência e não equipes mínimas, como por vezes se coloca. Ou seja, não se trata apenas do quantitativo, designado pela NOB-RH/SUAS, mas da qualificação desta equipe como aquela que serve de referência para o serviço: referência para a gestão, no planejamento das ações; para outros serviços e equipamentos, seja da Assistência Social seja de outra políticas e instituições; mas principalmente, referência para o usuário, que pode, assim, conhecer os profissionais responsáveis pelo acolhimento de suas demandas sem que sua história se perca e tenha que ser contada novamente inúmeras vezes. É uma referência vinculada ao território, portanto. E isto requer uma presença estável, contínua. É justamente a continuidade e estabilidade dos profissionais que não é garantida quando se faz a contratação com vínculos precarizados. Os contratos terminam, os profissionais são substituídos. Ao sair, levam consigo todo o capital social que haviam constituído para o serviço. Seu conhecimento das histórias de vida, do percurso dos usuários, as relações construídas com a rede de serviços de seu território, as estratégias de enfrentamento das questões, tudo isto vai embora com ele, e quem chega tem que novamente buscar esta construção. Isto impede o avanço da política, a consolidação de direitos, e, no caso da Psicologia, vem retardando a construção de conhecimento específico na área, interferindo na dinâmica entre atuação e pesquisa, e sua apropriação por parte dos profissionais.

**Diante desse cenário, qual a importância do FETSUAS?**

**Achiles:** A organização dos psicólogos e demais trabalhadores é fundamental, pois, ainda que garantida através das normativas, esta estabilidade entra em conflito com o modelo de gestão que tem se difundido nas políticas públicas, de flexibilização, terceirização e recursos mínimos para políticas sociais. Os conflitos devem ser assumidos pelos trabalhadores do SUAS. Neste sentido, os Fóruns de Trabalhadores do SUAS (Nacional, Estaduais, Regionais e Municipais) apresentam-se como estratégia para levar este debate adiante. Mas, para isto, é necessário que os psicólogos e trabalhadores em geral ocupem este espaço, ajudem na construção e consolidação destes Fóruns, na definição de sua pauta de lutas, de estratégias de atuação e se coloquem como membros destas organizações. O CRP-RJ é membro fundador do FETSUAS e participa do Fórum Nacional. São espaços de debates duros e a presença atuante dos psicólogos se faz necessária.

# A quem nós, psicólogos do SUAS, servimos de fato?



**POR POR MARCELO GOMES PEREIRA JÚNIOR\***

O título desse texto remete ao clássico artigo de Sílvio Botomé “A quem nós, psicólogos, servimos de fato?”, publicado em 1979. Nesse artigo, Botomé denuncia de forma provocativa o caráter elitista e excludente das práticas psicológicas, demonstrando sua pouca abrangência social e ineficácia enquanto promoção de melhores condições de vida da população. Segundo Botomé, somente 5% a 15% das famílias brasileiras poderiam ter acesso a serviços psicológicos, dado o alto custo destes. Após 35 anos dessa publicação, a situação é bem diferente. A entrada maciça de psicólogos nas políticas públicas permitiu uma grande ampliação da oferta de serviços psicológicos à população. Nesse sentido, a política pública de Assistência Social, materializada no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), foi de vital importância, com seus milhares de CRAS e CREAS espalhados por praticamente todos os 5.561 municípios brasileiros e empregando mais de 20 mil psicólogos. Além de

popularizar e interiorizar a Psicologia, o SUAS traz consigo a possibilidade de os psicólogos serem protagonistas em um importante processo de melhoria das condições de vida da população.

Porém, também de forma provocativa e embasado na minha atividade de psicólogo do CREAS e pesquisador da atuação da Psicologia no SUAS, considero pertinente e atual recolocar a questão de Botomé: a quem nós, psicólogos do SUAS, servimos de fato? Em outras palavras, a que demandas respondemos e que tipo de vínculo estabelecemos com as pessoas que atendemos e as instituições com quem nos relacionamos?

O SUAS, em seu objetivo institucional de proteção social, busca promover processos de autonomia, protagonismo, cidadania e empoderamento de seus usuários. A relação esperada entre os técnicos (incluindo os psicólogos) e os usuários deve se pautar no diálogo, na horizontalidade, na escuta e no respeito às diferenças. O trabalho se processa em uma parceria, e o vínculo se sustenta na demanda do usuário, adequadamente acolhida na relação estabelecida. Os profissionais, assim como as instituições do SUAS, colocam-se a serviço dos usuários. Na prática, porém, muitos atravessamentos fazem com que a realidade seja muito diferente...

O SUAS busca, através de suas práticas, romper com vícios tradicionais da política e da assistência social, como o assistencialismo, o clientelismo, o mandonismo, entre outros. Busca também romper com a tradição perversa de culpabilização dos mais pobres pela própria pobreza e por todo um histórico político de autoritarismo, vigilância e controle da população, que atingiu seu auge na ditadura militar. No entanto, saliento que, tanto na cultura quanto nas instituições, toda essa tradição continua viva, inclusive nos processos formativos dos psicólogos. Assim, por mais que o SUAS busque a superação dessa condição, muitos psicólogos se arriscam a repetir essas práticas, ocupando o lugar que Jacques Donzelot denominou “polícia das famílias”, ou o que Cecília Coimbra nomeou de “guardiães da ordem”. O foco na família, preconizado no SUAS, pode facilmente se tornar o “familiarismo”, que é a prática de vigilância e culpabilização da fa-

mília pela sua situação de vulnerabilidade social ou pela ocorrência de situações de violação de direitos.

Uma reflexão sobre o trabalho dos psicólogos no SUAS e as demandas que lhe são dirigidas deve abordar as relações entre os diversos órgãos que compõem a rede de proteção e o Sistema de Garantia de Direitos. O que se revelou em minha prática e na pesquisa que realizei é que os equipamentos da política de Assistência Social muitas vezes se colocam em relações de subalternidade em relação a outros órgãos, como promotorias de justiça, Poder Judiciário, Conselhos Tutelares e gestores de outras políticas. Espera-se que as instituições do SUAS estejam a serviço dos usuários, mas o que se revela no cotidiano é o poder de coação presente nas demandas de outras instituições, que podem não seguir as mesmas direções das demandas dos atendidos, ou mesmo contradizê-las. Nesse conflito de interesses, o resultado que muitas vezes se apresentou nas entrevistas de minha pesquisa, na minha experiência pessoal e em uma série de diálogos com outros profissionais é o atendimento dessas demandas institucionais, muitas vezes vinculadas ao conservadorismo que o SUAS deveria se contrapor.

À medida que os profissionais se alinham a essas demandas conservadoras, seja por livre adesão ou coação, não somente o projeto de transformação social do SUAS fica comprometido, mas também a constituição de um projeto ético-político da Psicologia, no sentido de um compromisso social. Dessa forma, a defesa institucional do SUAS é fundamental, assim como a defesa dos profissionais que estão na linha de frente da política, frequentemente pressionados e coagidos, em processos de trabalho muitas vezes precarizados e às vezes adoecedores. Assim, me questionei como esses profissionais desempoderados, sem autonomia ou protagonismo, vulneráveis a atravessamentos políticos e institucionais, seriam capazes de realizar o objetivo de transformação social do SUAS, como um processo de subjetivação dos usuários que produzisse cidadãos autônomos, empoderados e protagonistas de sua história.

O que vejo diante dessa situação são duas possibilidades contraditórias e, ainda assim, coexistentes: a atuação dos psicólogos no SUAS pode servir tanto a um projeto de transformação social, quanto à reprodução das relações de poder e privilégio que atravessam a formação da sociedade brasileira. Assim, a pergunta inicial não pode ser respondida de forma geral, pois cabe a cada um de nós e a cada uma das nossas instituições responder a quem e a que servimos, no cotidiano de nossas práticas profissionais.

\* Marcelo Gomes Pereira Júnior (CRP 04/23858) é psicólogo, mestre em Psicologia pela PUC-MG, professor da Universidade FUMEC e autor do livro “A atuação da Psicologia no SUAS: um enfoque no CREAS, em seus desafios e potencialidades” (Editora CRV).

# Psicologia no SUAS - Entrevista com Eduardo Mourão Vasconcelos

As (os) psicólogas (os) correspondem à segunda maior categoria profissional atuante no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), atrás apenas de assistentes sociais. A inserção maciça das (os) profissionais de Psicologia nessa política aponta um horizonte muitas vezes desafiador: a (o) psicóloga se vê diante de um espaço de atuação com demandas específicas e distintas daquelas que essa (e) profissional está habituado a encaminhar.

Para falar um pouco mais sobre os principais desafios dessa política para a (o) psicóloga (o) e as possíveis estratégias de superação, conversamos com Eduardo Mourão Vasconcelos (CRP 05/32652), psicólogo, mestre em Ciência Política, doutor pela *London School of Economics* (Inglaterra) e professor da Escola de Serviço Social da UFRJ.

## Na sua avaliação, a (o) psicóloga (o) está preparado para atuar no SUAS?

**Eduardo:** Tive contato estreito com psicólogos das equipes municipais do SUAS no estado do Rio, que foi pioneiro na sua implantação no país, por meio de uma assessoria à sua coordenação estadual em 2005 e 2006. Os psicólogos estavam enfrentando muitos problemas, relatando uma sensação forte de “estar no lugar errado”, de “realizar atividades que não fazem parte das atribuições da profissão”, ou, ainda mais radicalmente, de “perda da identidade como psicólogo”. Mais tarde, por encomenda da gestão do SUAS no município de Rezende, publiquei um texto de análise destas dificuldades, que teve um impacto interessante.

Nele, defendo a hipótese de que a inserção dos psicólogos no SUAS não induz a uma crise global de uma suposta identidade profissional única e global em Psicologia, mas se trata apenas de uma nova ênfase em formas de profissionalidade já existentes, mas até então secundarizadas na sociedade e na universidade brasileiras. Procurei mostrar que desde a década de 1980 já havia no Brasil ramos da Psicologia, particularmente a Psicologia Social e Comunitária, que vinham trabalhando com modelos teóricos e de prática profissional dirigidos para realidades similares. A própria Psicologia Clínica teve de realizar um processo deste tipo quando se deparou com os novos serviços de Atenção Psicossocial da Reforma Psiquiátrica. No entanto, o modelo do consultório privado é mais conhecido na sociedade, desejado pela maioria dos que escolhem a

profissão e hegemônico nos cursos de graduação no país, o que acaba forjando esta identidade profissional mais padronizada e idealizada.

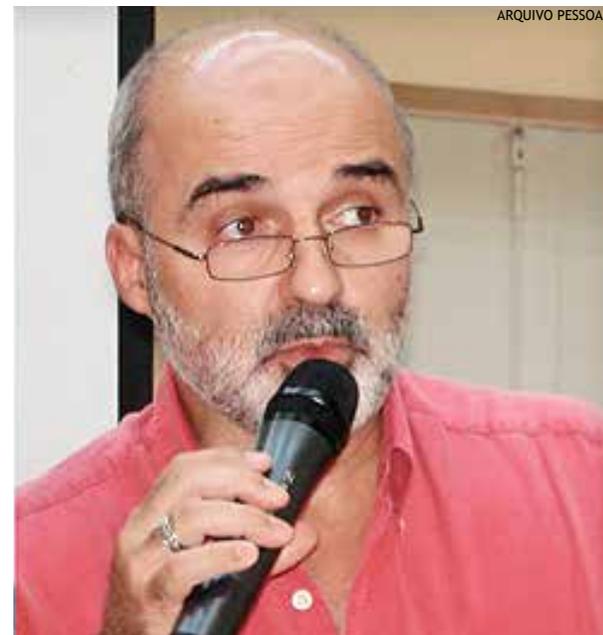
Assim, cabe às entidades corporativas e de formação, bem como aos próprios psicólogos, buscar neste patrimônio mais amplo da profissão estes modelos diferenciados de teoria e prática para se capacitarem melhor para a atuação no SUAS.

## Quais são as principais dificuldades que a (o) psicóloga (o) enfrenta em sua atuação cotidiana no SUAS? Quais são as principais estratégias de superação?

**Eduardo:** No texto, procuro identificar as principais características destas formas diferenciadas de formação e práxis profissional. Elas se referem ao seu objeto, mais complexo e multidimensional; ao público alvo, voltado agora para toda a população; ao contexto institucional e político de prática, nas políticas sociais; ao trabalho interprofissional, em equipe; bem como às formas de intervenção, mais coletivas e grupais. Estas formas de atuação têm tudo a ver com as transformações geradas pela Constituição de 1988, que propôs a universalização do acesso às políticas sociais e priorizou parcelas da população até então excluídas dos direitos de cidadania.

Para se adequar a esta nova práxis, muitos psicólogos realizam um processo similar àquilo que a Antropologia chama de ritual de passagem, quando indivíduos têm de viver uma nova realidade cultural ou novas responsabilidades existenciais, o que exige uma reelaboração de sua identidade anterior. Além disso, as equipes, a gestão do SUAS e os próprios psicólogos precisam criar dispositivos que estimulem a disposição para “aprender a aprender”, para o trabalho colaborativo entre os vários profissionais dentro das equipes e entre equipes, para superar o isolamento e promover a troca de experiências.

Além disso, é fundamental que os governos municipais invistam na estabilidade dos profissionais e ofereçam melhores condições de trabalho e remuneração. Para que um profissional se disponha a mudanças em sua identidade profissional, é necessária prover uma perspectiva de futuro e de crescimento profissional. De forma similar, unidades do SUAS responsáveis por contingentes muito grandes de população acabam sufocados pela demanda e, muitas vezes, realizam apenas atividades do tipo “plantão social”, dificultando a realização de projetos grupais e coletivos mais gratificantes.



## Na sua avaliação, por que os cursos de Psicologia não dão conta de preparar esse profissional para as demandas no campo da Assistência? O que falta, então, aos cursos para preparar melhor esse profissional?

**Eduardo:** Nos cursos de Psicologia, o investimento desproporcional na prática liberal em consultório particular acaba supervalorizando o trabalho com as classes médias e a elite da população. Não queremos propor uma reversão romântica e idealista deste modelo, impossível no tipo de sociedade em que vivemos. Contudo, queremos que outros modelos sejam também conhecidos e praticados, por meio de mais disciplinas voltadas para a realidade social do país, para as políticas sociais e para as práticas profissionais correspondentes, em pesquisa, extensão e estágio profissional.

## É possível dizer, então, que o SUAS, dentro das atuais diretrizes de formação da (o) psicóloga (o), representa um desafio à Psicologia brasileira contemporânea?

**Eduardo:** Como dito acima, temos mais um desafio ético-político do que invenção de novas formas de profissionalidade. Trata-se, então, de priorizar, na formação do psicólogo, as necessidades da maioria da população e as práticas profissionais nas políticas sociais universais e de participar da luta pela sua ampliação, acesso e melhor qualidade dos serviços, bem como por melhores condições de trabalho para seus profissionais.

**O artigo “Os psicólogos e sua inserção no SUAS: da sensação inicial de perda de identidade ao reconhecimento de uma nova profissionalidade e de suas bases teóricas”, citado na entrevista, está disponível para download gratuito em: <<http://www.crprj.org.br/publicacoes/jornal>>**

# Informes da Comissão de Orientação e Fiscalização

A lei nº 5766/1971, que criou o Sistema Conselhos de Psicologia em plena ditadura civil-militar, priorizava a disciplina e a punição como formas de controle e sobrevivência das instituições: nessa lógica, cabia aos Conselhos somente a fiscalização de seus profissionais.

Ao contrário desse passado que ainda influencia muitas instituições públicas, a atual gestão do CRP-RJ tem priorizado a orientação e o diálogo com a categoria, potencializando, assim, a prática da Psicologia.

A Comissão Gestora da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) – composta por conselheiros e colaboradores do CRP-RJ e também por psicólogos fiscais – tem desenvolvido atividades que visam à consecução dos objetivos da gestão.

Em parceria com a Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH) e demais comissões, desenvolvemos o projeto “Dialogando com o CRP-RJ”, que pretende aproximar profissionais de Psicologia aos temas relevantes à profissão e sua prática por meio de eventos na sede e nas subsedes do Conselho.

Além disso, a COF vem realizando ações que dão suporte às atividades profissionais nos diversos espaços e instituições, tais como: Saúde, Educação, Clínica, Trânsito e Jurídica, entre outras.

Após tomar ciência da precária situação da Saúde Mental de Niterói, a COF realizou vistoria em três instituições daquele município, encontrando graves problemas, como a falta de infraestrutura, a carência de transporte e a fragilidade dos vínculos de trabalho.

Tais situações foram relatadas ao Ministério Público, que informou ter instaurado três inquéritos: um sobre as condições de funcionamento da rede municipal de Saúde Mental de Niterói; outro sobre falhas na prestação de serviço em virtude de inadequação de estrutura física (referente à Policlínica Comunitária Carlos Antônio da Silva); e o terceiro sobre o Hospital Municipal Psiquiátrico de Jurujuba no que tange à inadequação da estrutura física aos serviços que se pretende prestar e à necessidade de ampliação de seus serviços.

O Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro também está ciente da situação atual do Hospital Municipal de Jurujuba e o CRP-RJ segue acompanhando o caso.

A COF também busca ampliar sua atuação aproximando-se dos cursos de Psicologia. A Comissão esteve presente no IBMR/Barra da Tijuca, apresentando aos alunos a atuação do CRP-RJ e as resoluções que orientam a profissão, e também na



Comissão Gestora e psicólogos (os) fiscais da COF em reunião de equipe.

Universidade Estácio de Sá/Rio Comprido, tratando da atuação da (o) psicóloga (o) a respeito do tema “Psicologia e Sustentabilidade”.

A COF marcou presença, ainda, na 8ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia, realizada nos dias 27, 28 e 29 de agosto na UERJ, desenvolvendo duas atividades: uma roda de conversa sobre temas diversos das práticas psicológicas e o “Espaço Instalação: O Código de Ética para além das normas”, do qual participaram em torno de 200 pessoas.

Por fim, lamentamos o veto presidencial ao Projeto de Lei das 30 horas e reiteramos a continuidade na luta para reverter esse quadro. Entendemos que um Conselho forte e atuante é fundamental para a construção da Psicologia como ciência e profissão.

## Espaço Orientação: A obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos

A Resolução CFP nº 001/2009 “torna obrigatório o registro documental sobre a prestação de serviços psicológicos que não puder ser mantida prioritariamente sob a forma de prontuário psicológico”.

Por razões que envolvam a restrição do compartilhamento de informações, o “registro documental”, o “prontuário psicológico” e o “prontuário único” (quando em equipe multiprofissional) têm caráter sigiloso. Isto é, devem garantir ao usuário do serviço que aquilo que for dito por ele e registrado em documento não será exposto a terceiros sem o seu consentimento. Tais documentos são de livre acesso apenas aos usuários dos serviços, devendo a (o) profissional, quando solicitada (o), fornecer-lhe uma cópia.

A abertura a terceiros dos documentos sigilosos – de uso exclusivo da (o) psicóloga (o) – pode ser realizada por meio de processo judicial (com a autorização do juiz) ou pelo CRP para fins de orientação e fiscalização profissional.

As leis que estabelecem o sigilo profissional no Brasil são: inciso X do artigo 5º da Constituição Federal (1988); inciso I do artigo 229 do Código Civil Brasileiro; artigos 153 e 154 do Código Penal; e artigo 207 do Código de Processo Penal. A partir desses dispositivos, os artigos 6º e do 9º ao 15º do Código de Ética do Psicólogo disciplinam o tema do sigilo para a (o) psicóloga (o).

Já os demais documentos instituídos pelas políticas públicas de direitos – tais como “prontuário eletrônico” (SUS), “prontuário” (SUAS) e PIA (Plano Individualizado de Atendimento), dentre outros – não constituem documentos psicológicos de caráter sigiloso. Eles servem de acesso à fiscalização pelos órgãos competentes sobre a efetivação e o cumprimento das políticas adotadas no país.

Em qualquer caso, deve-se garantir a restrição do acesso a tais documentos a pessoas e profissionais que não tenham relação direta com o atendimento. A guarda desses documentos e o registro das informações são de responsabilidade da (o) profissional e obedecem ao disposto no Código de Ética Profissional e às Resoluções CFP nº 07/2003 e 01/2009.

**Comissão Gestora da COF:** Juraci Brito da Silva (CRP 05/28409) – conselheiro-presidente; Alexandre Nabor Mathias França (CRP 05/32345) – conselheiro | **Colaboradores:** Edson Petrônio de Alcântara (CRP 05/37684), Jacqueline Pereira Lopes (CRP 05/32918) e Paulo Vitor Dias de Carvalho (CRP 05/42441) | **Psicólogas (os) fiscais:** Zarlete da Silva Faria (CRP 05/15377) – supervisora; Cristiane Pereira Santos Lima (CRP 05/30088); Érika Souza (CRP 05/35774); Helen Cristian de Vasconcelos Manhães (CRP 05/40664); Tatiana Targino Alves Bandeira (CRP 05/34135); Liliane Gasperin (CRP 05/39759) – Subsele Baixada; Sérgio Corrêa da Fonseca (CRP 05/32333) – Subsele Região Serrana; Michelle Ribeiro Henrique (CRP 05/37079) – Subsele Norte – Noroeste Fluminense.

## Comissão Gestora da Subsede Região Serrana

A Comissão Gestora da Subsede do CRP-RJ na Região Serrana ampliou, durante o ano de 2014, a aproximação com a categoria e com os estudantes visando, além de maior proximidade, formar parcerias para que esses profissionais e estudantes possam estar mais presentes e atuantes no Conselho.

Os eventos realizados ao longo do ano foram pautados a partir das deliberações do VIII Congresso Nacional de Psicologia (VIII CNP) e das sugestões trazidas pela própria categoria de psicólogos (os), entendidas como temáticas relevantes para a nossa

região, tais como: política pública do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Controle Social, violência contra a mulher e seus protagonistas, diversidades de gênero, elaboração de documentos por psicólogas (os) e Racismo Institucional.

Foram realizadas também atividades que envolveram, além da categoria, toda a sociedade, com atuações no Controle Social, visando a melhorias no município de Petrópolis no que diz respeito às Políticas Públicas.

Cabe ressaltar que, atualmente, o CRP-RJ possui representatividade nos Conselhos de Saúde, de Assistência Social, do Idoso e de Políticas sobre Drogas de Petrópolis (as duas últimas tendo sido conquistadas em 2014). Por entender a importância da inserção das (os) psicólogas (os) nas Políticas Públicas, a Comissão Gestora continuará lutando para ampliar sua representatividade em outros Conselhos Municipais da região.

Não podemos esquecer as novas colaboradoras que contribuíram com a expansão de nossas ações

em 2014, sendo elas: Andréia Nunes Costa (CRP 05/46274) e Renata Rosa Costa Faria (CRP 05/45723).

Com relação à nossa agenda de trabalho para 2015, estão planejados eventos com temáticas variadas não apenas em Petrópolis como também em diversos municípios que compõem a Região Serrana.

Por fim, gostaríamos de convidá-los a contribuir conosco trazendo maiores benefícios à região. Nossa subsede localiza-se na Rua Paulo Barbosa, nº 174/Sala 15 – Centro, Petrópolis.

**Você pode entrar em contato pelo telefone (24) 2243-0834 ou pelo e-mail [subsedepetropolis@crprj.org.br](mailto:subsedepetropolis@crprj.org.br).**

**Comissão Gestora:** Simone Garcia da Silva (CRP 05/40084) - **conselheira-presidente**; **Colaboradores:** Fabíola Foster de Azevedo (CRP 05/42893), Ismael Eduardo Machado Damas (CRP 05/42823), Josiane Oliveira Santos (CRP 05/44374), Andréia Nunes Costa (CRP 05/46274) e Renata Rosa Costa Faria (CRP 05/45723).

## Subsede Baixada conclui ações em 2014 e planeja ano de 2015

ARQUIVO CRP-RJ



Auditório da Subsede Baixada lotado durante o evento.

Concluimos o ano de 2014 com eventos temáticos que refletiram a prática da Psicologia e suas implicações na Ética, Direitos Humanos e compromisso social e mobilizaram grande número de psicólogos (os), estudantes e profissionais de áreas afins.

Chegamos à 44ª edição do Cine Psi com a exibição do filme “Alabé de Jerusalém” sobre a temática “Psicologia, Religião e Laicidade”. Em novembro,

realizamos, em parceria com Centro de Direitos Humanos e Defensoria Pública de Nova Iguaçu, o Seminário “Violência, Tráfico, Exploração e Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes”, aglutinando profissionais do SUAS e SUS, Defensorias e Promotorias Públicas, Conselhos de Direitos e instituições de diversos municípios da Baixada.

Em homenagem ao Dia do Psicólogo, abordamos o

tema “A Psicologia na Baixada Fluminense: contribuições e desafios”, e, em homenagem aos 20 anos da Subsede, trouxemos o tema “História da Psicologia na Baixada”, exibindo dois vídeos editados pela Comissão Gestora com os psicólogos que contribuíram nas lutas pelo avanço da Psicologia na região.

A aproximação do CRP-RJ com os movimentos sindicais – SINDPSI/RJ e SASERJ –, iniciada há um ano, reúne forças e mobiliza as categorias profissionais em lutas conjuntas pela realização de novos concursos públicos e convocação dos aprovados em concursos já realizados, maior diálogo com as Prefeituras e melhoria nas condições de trabalho e atendimento à população.

Estimamos que mais de três mil profissionais estiveram presentes nos eventos da subsede em 2014. Para 2015, continuaremos com o Cine Psi e promoveremos mais eventos voltados aos profissionais e também aos estudantes de Psicologia.

A cobertura completa dos eventos acima está disponível no site do CRP-RJ ([www.crprj.org.br/noticias](http://www.crprj.org.br/noticias)) ou na nossa página do facebook: Subsede Baixada CRP-RJ.

**Comissão Gestora:** Vanda Vasconcelos Moreira (CRP 05/6065), **conselheira-presidente**; Viviane Siqueira Martins (CRP 05/32170) – **conselheira**; **Colaboradoras:** Mônica Valéria Affonso Sampaio (CRP 05/44523), Jacqueline dos Santos Soares (CRP 05/41408). **Estudantes Colaboradoras:** Rogéria Thompson (UNIABEU); Edith Vieira C. Andrade (Estácio de Sá); Flávia Silva Senna (UNIABEU).

**Contato:** (21) 2768-0007 / [subsedeni@crprj.org.br](mailto:subsedeni@crprj.org.br)

# Comissão Gestora da Subseção Norte - Noroeste Fluminense

A Comissão Gestora da Subseção do CRP-RJ no Norte e Noroeste Fluminense informa as atividades realizadas no âmbito da regionalização e interiorização das ações deste Conselho.

Por meio de ações baseadas na realidade dos municípios do interior do estado e articuladas aos princípios éticos e políticos do CRP-RJ na defesa dos Direitos Humanos e da expansão da Políticas Públicas, a Comissão Gestora abordou, junto à categoria, suas principais dúvidas e interesses sobre o exercício da Psicologia e seu compromisso ético-político com a sociedade.

Intensificando o projeto de regionalização do “Dialogando com o CRP-RJ”, a subseção promoveu a Roda de Conversa “Psicologia e suas Interfaces com a Saúde, Educação, SUAS e Justiça” no dia 17 de julho em Macaé. A discussão sobre as práticas, saberes, desafios e potencialidades da Psicologia nessas áreas permitiu

consolidar um espaço organizado e representativo das (os) psicólogas (os) do município junto ao CRP-RJ para articulações visando ao avanço no trabalho realizado nas diferentes políticas públicas.

Neste sentido, realizou-se, no dia 12 de agosto, em Campos dos Goytacazes, uma Roda de Conversa sobre a Regionalização do II PSINEP - Encontro Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) de Relações Raciais e Subjetividades – para fomentar na região o debate sobre a implicação do profissional de Psicologia no contexto das Relações Raciais.

Resultado dos debates e demandas no Grupo de Trabalho sobre Psicologia e Educação, desenvolvido pela Comissão Gestora e psicólogas (os) da área, realizou-se, no dia 19 de agosto, também em Campos, o encontro “Psicologia e a queixa escolar”. O evento contou com a participação dos membros da Comissão de Psicologia e Educação do CRP-RJ e abordou o

tema da patologização, medicalização e normatização da educação e da sociedade.

Dentre as bandeiras de luta defendidas pela atual gestão do CRP-RJ, a atuação da (o) psicóloga (o) no âmbito da Assistência Social foi pautada no Encontro do Fórum Estadual dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (FETSUAS) realizado no dia 19 de setembro em Itaperuna.

O FETSUAS visa a descentralizar suas discussões para construção de uma representatividade coletiva, atuando em diversas esferas de negociação. Suas discussões cercam a interdisciplinaridade pela construção das relações horizontais entre as categorias atuantes no SUAS, o combate aos vínculos de trabalho precários e frágeis, às práticas clientelistas e ao assédio moral nas relações trabalhistas. Este evento foi resultado da articulação entre a Comissão Gestora, a seccional Campos do CRESS-RJ e o FETSUAS-RJ.

**Comissão Gestora:** Fátima dos Santos Siqueira Pessanha (CRP 05/9138) – conselheira-presidente; Denise da Silva Gomes (CRP 05/41189) – conselheira; Carolina Manzoli Mota (CRP 05/44330) e Evelyn Rebouças de Gouvêa (CRP 05/41205) – colaboradoras.

**Contato:** [subsedecampos@crprj.org.br](mailto:subsedecampos@crprj.org.br) / Tel: (22) 2728-2057.

## CRP-RJ abraça campanha do Dezembro Vermelho na luta contra o HIV/AIDS



No mês em que todo o Brasil se voltou para a campanha “Dezembro Vermelho” para lembrar a importância do envolvimento de todos no combate ao aumento dos casos de HIV/AIDS no Brasil, o CRP-RJ abriu espaço para debater junto à categoria o papel da Psicologia no atendimento às pessoas que vivem e convivem com HIV/AIDS.

Assim, foi realizada, no dia 10 de dezembro, na sede do Conselho, uma edição especial do “Dialogando com o CRP-RJ” com o tema “A Psicologia e seus desafios no combate a AIDS”.

O objetivo do evento era discutir, entre outras temáticas, as referências técnicas para a prática das(os) psicólogas(os) nos Programas de DST e AIDS, a

diferença entre Testes Rápidos e Diagnóstico Anti-HIV, o aconselhamento psicológico, sigilo e confidencialidade.

Mediado pelo conselheiro do CRP-RJ Alexandre Nabor Mathias França (CRP 05/32345), o debate contou com a participação de Sandra Lúcia Filgueiras (CRP 05/16621), psicóloga da Gerência de DST/AIDS da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro e do Consultório de Rua da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura do Rio de Janeiro, e Edilene Pereira Bastos (CRP 05/34549), psicóloga do Grupo Pela Vidda – RJ e coordenadora do projeto MIX da Prevenção.

Edilene falou sobre a importância do aconselhamento psicológico aos portadores do HIV/AIDS. “Temos como componentes do aconselhamento o apoio emocional, a informação sobre DST e HIV/AIDS no que se refere à transmissão, prevenção e tratamento e também a avaliação de riscos, entre outros”.

“Estamos tentando aperfeiçoar esse aconselhamento”, acrescentou Sandra. “A ideia não é uma normatização de conduta. Temos que discutir com as pessoas sobre a vida delas e saber como cuidar, como reduzir riscos. O aconselhamento tem um componente educativo e o foco é e deve ser sempre a pessoa”.

**Para assistir aos vídeos do evento, acesse:** <<http://www.crprj.org.br/noticias/2015/080115.html>>.

# Anuidade 2015: veja os valores aprovados

As (os) psicólogas (os) presentes na Assembleia Orçamentária, realizada no dia 25 de setembro de 2014 na sede do CRP-RJ, na Tijuca, aprovaram, por unanimidade, a proposta de reajuste de 6,33% no valor da anuidade de 2015, conforme noticiado anteriormente em nosso site, mídias sociais, informativos on-line e na Edição nº 37 do Jornal do CRP-RJ.

O valor da anuidade para pessoa física ficou estabelecido em R\$ 383,76 (trezentos e oitenta e três reais e setenta e seis centavos) e, para pessoa jurídica, em R\$ 480,29 (quatrocentos e oitenta reais e vinte e nove centavos).

O vencimento da anuidade é 31 de março. Entretanto, quem fez o pagamento à vista antecipado teve direito a desconto, conforme tabela abaixo:

VENCIMENTO	DESCONTO	P. FÍSICA	P. JURÍDICA
31 de Janeiro/2015	10%	<b>R\$ 345,90</b>	<b>R\$ 432,77</b>
28 de Fevereiro/2015	5%	<b>R\$ 364,83</b>	<b>R\$ 456,53</b>
31 de Março/2015	—	<b>R\$ 383,76</b>	<b>R\$ 480,29</b>

A anuidade de 2015 também poderá ser paga em cinco parcelas sem juros. Nessa modalidade de pagamento, porém, não há a possibilidade de descontos. Confira:

PARCELAS	P. FÍSICA	P. JURÍDICA	VENCIMENTO
1ª	R\$ 80,86	R\$ 100,17	<b>31/01/2015</b>
2ª	R\$ 75,73	R\$ 95,03	<b>28/02/2015</b>
3ª	R\$ 75,73	R\$ 95,03	<b>31/03/2015</b>
4ª	R\$ 75,72	R\$ 95,03	<b>30/04/2015</b>
5ª	R\$ 75,72	R\$ 95,03	<b>31/05/2015</b>
Total	R\$ 383,76	R\$ 480,29	

## Regularize a sua situação financeira

Se você tem algum débito em aberto junto ao CRP-RJ, envie e-mail para cobranca@crprj.org.br ou entre em contato com a sede do CRP-RJ ou com a subsede mais próxima para saber como regularizar a sua situação financeira.

## DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS ADAPTADO DE JAN. A OUT. DE 2014

RECEITAS	
Receitas de Contribuições	8.025.997
Receitas de Serviços	164.326
Receitas Financeiras	922.843
Dívida Ativa	215.210
Outras Receitas	50.524
<b>Total das Receitas Brutas</b>	<b>9.378.898</b>
TRANSFERÊNCIAS (-)	
Conselho Federal de Psicologia	2.217.133
<b>Total das Receitas Líquidas</b>	<b>7.161.767</b>
DESPESAS (-)	
Pessoal, Encargos Trabalhistas, Benefícios e Estagiários	3.964.661
Jeton, Diárias e Ajudas de Custo	444.869
Passagens	56.921
Hospedagens	46.964
Materiais de Consumo	45.917
Serviços de Terceiros - Pessoas Jurídicas	1.553.295
Tributos	26.861
Serviços Bancários	176.660
Demais despesas correntes	165.836
Restos a pagar	304.461
<b>Total das Despesas de Operações</b>	<b>6.786.446</b>
INVESTIMENTOS (-)	
Reformas	0
Móveis e Utensílios	1.176
Máquinas e Equipamentos	30.810
Veículos	0
Equipamentos de Informática	487
Softwares	8.298
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>40.771</b>
<b>SUPERÁVIT FINANCEIRO DO PERÍODO</b>	<b>334.549</b>

José Novaes (CRP 05/980) - Conselheiro-presidente | Rodrigo Acioli Moura (CRP 05/33761) - Conselheiro-tesoureiro | Paulo César Soares - Contador CRC/RJ 077743/O-5

## Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH)

Em 2014, nos 50 anos do golpe civil-militar (1964 – 1985), a CRDH participou de inúmeros eventos de resgate à Memória e à Verdade sobre violência e terrorismo do Estado nos chamados “anos de chumbo” da ditadura militar. Como ressalta o presidente do CRP RJ, José Novaes, “esses casos de violência de Estado continuam ocorrendo mesmo após 1985” e, como sabemos, estendem-se até os dias atuais – confirmando uma funesta herança autoritária que a Comissão, em seus eixos de luta, denunciou em atividades e eventos direcionados à categoria. Ao mesmo tempo, a CRDH procurou diversificar e coletivizar ações sobre outras importantes violações dos Direitos Humanos, com várias entidades e movimentos sociais.

Com a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), ajudou a construir o “Dialogando com o CRP-RJ”, um dispositivo voltado para o debate de temas importantes e de interesse da categoria e da Psicologia como ciência e profissão. Vê-se hoje o “Dialogando”

inteiramente abraçado pelo Conselho, envolvendo suas várias instâncias.

Com o intuito de promover troca de experiências e produção de conhecimento, foi criado o Grupo de Trabalho Integrado: Psicologia e Relações Étnico-Raciais, Diversidade Sexual e Identidades de Gênero. O GT está finalizando os trabalhos e elaborando um relatório contendo suas pesquisas e atividades e que será divulgado em breve.

A CRDH também incentivou e apoiou a recriação de comissões históricas e de grande importância para a Psicologia e para as (os) psicólogas (os) do Rio de Janeiro, tais como as Comissões de Psicologia e Educação, Psicologia e Justiça, Psicologia e Saúde e a Comissão de Estudantes, com as quais procura transversalizar ações.

Para 2015, a Comissão criou o Projeto Integrador em Direitos Humanos, composto de dez eixos, cada um coordenado por um colaborador (conselheiro ou não),

com o intuito de aprimorar a integração e a transversalização de ações ético-políticas, em consonância com o Código de Ética Profissional e na direção da regionalização das atividades relativas à garantia de direitos.

Proposto pela CRDH e aceito por unanimidade na reunião plenária de 30 de novembro de 2014, foi criado o Prêmio Maria Beatriz de Sá Leitão em Direitos Humanos, a ser outorgado, a partir de 2015, a psicólogas (os) e estudantes que queiram apresentar trabalhos com esta finalidade.

O prêmio foi criado em homenagem à saudosa companheira Bia, psicóloga e militante que se destacou pelo comprometimento ético-político que a guiava em sua incansável luta contra toda espécie de violação de Direitos Humanos. Conselheira-presidente da CRDH durante o XI Plenário do CRP-RJ (2004-07), Beatriz faleceu na noite de 15 de março de 2009, aos 65 anos, após longa e aguerrida batalha contra o câncer.

**Contato:** [crdh@crprj.org.br](mailto:crdh@crprj.org.br)

## Psicologia e Educação em debate no Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro é o estado onde se encontra o maior contingente de psicólogos que atuam na área de educação no Brasil, e a discussão sobre o papel, práticas e experiências desse profissional não pode ficar de fora da atual gestão do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

O CRP-RJ entende que é urgente pensar a interface entre Psicologia e Educação e, por isso, retomou, em 2014, a Comissão de Psicologia e Educação (COMPSIEDUC), que vem se reunindo periodicamente para pensar e discutir os desafios que envolvem esta temática.

O ano de 2014 também marca o retorno do CRP-RJ à Secretaria Executiva do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. O Fórum, que é um movimento social que agrega diferentes instituições

e ativistas em defesa de uma escola mais diversa e plural, e a COMPSIEDUC têm se articulado e produzido diversas atividades e reflexões sobre o fazer do psicólogo escolar/educacional, uma vez que ele é quem atende e, muitas vezes, encaminha as demandas e queixas da escola.

Uma das atividades realizadas pela Comissão em 2014 foi o debate “Psicologia e queixa escolar”, que aconteceu de forma regionalizada. Foram realizados encontros na Subsede de Campos dos Goytacazes e na Universidade Severino Sombra, em Vassouras. A regionalização do debate é um movimento importante para conhecer a realidade e desafios enfrentados pelos psicólogos em diferentes regiões do Rio de Janeiro.

Essas ações irão prosseguir no ano de 2015, com um simpósio a ser realizado em parceria com a Subsede

da Região Serrana já programado para março. Esse simpósio irá culminar em um encontro promovido pela COMPSIEDUC sobre Psicologia Escolar/Educacional em maio na cidade do Rio de Janeiro.

“Queremos construir um encontro para refletir sobre a realidade da formação do psicólogo escolar/educacional e como a prática tem-se constituído neste campo e, para isso, precisamos nos organizar coletivamente em reuniões preparatórias” diz a conselheira Helena Rego Monteiro (CRP 05/24180), atual presidente da COMPSIEDUC e representante do CRP-RJ na secretaria executiva do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade.

**Para entrar em contato com a COMPSIEDUC, envie e-mail para [compsieduc@crprj.org.br](mailto:compsieduc@crprj.org.br).**

## Comissão de Estudantes

No segundo semestre de 2014, foi recriada a Comissão de Estudantes do CRP-RJ, presidida pelos conselheiros Alexandre Trzan Ávila (CRP 05/35809) e Janne Calhau Mourão (CRP 05/1608). Um dos objetivos da atual Comissão é formular reflexões e ações diversas dando destaque à discussão sobre a formação da (o) psicóloga (o), sem perder de vista temas que

envolvam a Diversidade Humana, Direitos Humanos, Políticas Públicas, Movimentos Sociais, entre outros.

Em 2015, as ações deverão abranger a sede (capital) e as subsedes do CRP-RJ. No momento, estamos procurando envolver estudantes de todas as IES – públicas ou privadas – do estado.

Acesse o facebook da Comissão de Estudantes do CRP-RJ no endereço: <<https://www.facebook.com/groups/1512313169013736/?fref=ts>>, veja mais detalhes e aproxime-se!

**Você também pode entrar em contato pelo e-mail [estudantes@crprj.org.br](mailto:estudantes@crprj.org.br).**

## Conferência Livre reúne psicólogas(os) e assistentes sociais

Os Conselhos Regionais de Psicologia e de Serviço Social do Rio de Janeiro realizaram, no dia 24 de outubro na UERJ, a “Conferência Livre: Assistentes Sociais e Psicólogos no Atendimento de Crianças e Adolescentes: práticas de proteção ou de punição?”.

Cerca de 100 profissionais estiveram presentes para debater e elaborar propostas para a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes que serão levadas à Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, marcada para ocorrer de 14 a 18 de dezembro de 2015 em Brasília.

Compondo a mesa de debates para instigar as reflexões sobre a temática “Direito à convivência

familiar e comunitária: Saúde, Drogas, Acolhimento e Abandono”, marcaram presença as psicólogas Esther Arantes (CRP 05/3192), professora da PUC-Rio e UERJ e pesquisadora na área da Criança e Adolescente, e Eliana Olinda Alves (CRP 05/24612), presidente da Comissão de Psicologia e Justiça do CRP-RJ, doutora em Psicologia pela UFF e psicóloga do TJ/RJ na Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Capital.

Para debater a temática “As medidas socioeducativas aplicadas ao adolescente que comete ato infracional: posicionamento contra a redução da idade penal e o aumento do tempo de internação”, estiveram pre-

sentes Pedro Pereira, advogado do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), e Joana Garcia, assistente social e professora da Escola de Serviço Social da UFRJ.

Após o término das mesas, houve um debate entre os participantes e, em seguida, o público foi dividido em três grupos para elaboração das propostas a serem apresentadas na Conferência Nacional.

Também foram eleitos os delegados que irão à Conferência Nacional. Representando o CRP-RJ, foram eleitos os psicólogos Eliana Olinda Alves e Saulo Oliveira dos Santos (CRP 05/31988), como suplente, e, pelo CRESS-RJ, foram eleitos Rodrigo Silva Lima e Fabiana Schmidt (esta última como suplente).

**Para conferir a cobertura completa do evento e também para ver as propostas aprovadas, veja o endereço: <<http://www.crprj.org.br/noticias/2014/110314e.html>>**

## Seminário Mulheres Mães Usuárias de Drogas e em Situação de Rua acontece no Rio de Janeiro

Promovido pelo Ministério Público/RJ, a Defensoria Pública/RJ e Oficina de Debates sobre a Maternidade de Mulheres em Situação de Rua e/ou Usuárias de Drogas, com apoio do CRP-RJ e do CRESS-RJ, foi realizado, no dia 16 de dezembro no Centro do Rio, o Seminário “Mulheres Mães Usuárias de Drogas e em Situação de Rua: desafios para garantir a convivência familiar”.

O objetivo foi discutir a produção de laudos e pareceres pelas equipes técnicas que atuam nos equipamentos da Saúde, Assistência Social e Sistema Judiciário, além da importância desses documentos no embasamento da decisão do judiciário no que se refere ao destino dos bebês de mães em situação de rua e/ou usuária de drogas e dos desafios para se garantir o direito à convivência familiar e comunitária nessa situação.

A abertura do Seminário contou com a participação de José Novaes (CRP 05/980), conselheiro-presidente do CRP-RJ, Glícia Nick de Oliveira, conselheira do CRESS-RJ, Hilda Correa, coordenadora do Fórum de População Adulta em Situação de Rua, Marcos Moraes Fagundes, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, e Márcia Fernandes, representante da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDEDICA).

A primeira mesa de debates, intitulada “Drogas, mitos e possibilidades da atenção interdisciplinar e intersetorial”, foi mediada pela psicóloga Júlia Horta Nasser (CRP 05/33796), colaboradora da Comissão Regional de Direitos Humanos e da Comissão Especial de Saúde do CRP-RJ e integrante do Fórum de População Adulta em Situação de Rua. Os palestrantes foram: a assistente social da Secretaria Municipal de Saúde/RJ Márcia Soares Vieira, a psicóloga da Secretaria Municipal de Saúde/RJ Christiane Sampaio (CRP 05/24584) e Pedro Iencarelli, médico-psiquiatra da Maternidade Mariska Ribeiro.

Na mesa da tarde, dois temas principais foram debatidos: “Desproteção social, ruptura de vínculos e o direito à Convivência Familiar” e “Laudos e pareceres técnicos: instrumentos que contribuem para viabilizar direitos?”, tendo como palestrantes Eunice Fávero, assistente social do TJ/SP, Charles Toniolo de Sousa,



Mais de 400 profissionais participaram do seminário para debater a atenção à saúde das mães usuárias de crack

assistente social, professor da Escola de Serviço Social da UFRJ e conselheiro do CRESS-RJ, e Marcia Ferreira Amendola (CRP 05/24729), conselheira-presidente da Comissão de Orientação e Ética do CRP-RJ.

**Para ter acesso à cobertura completa do evento e também para mais informações sobre a Oficina de Debates sobre a Maternidade de Mulheres em Situação de Rua e/ou Usuárias de Drogas, acesse: <<http://www.crprj.org.br/noticias/2015/070115c.html>>**